

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 11 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO 7.560

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:
PSD **PDT**
Kennedy Nunes Paulinha
PSDB **PSC**
Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO

Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:
PP **PSB**
João Amin Nazareno Martins
PRB **PV**
Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Jessé Lopes

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado
Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 025ª Sessão Especial realizada em 27/11/2019 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa DL 7 Atos da Mesa 7</p> <p>Publicações Diversas CPI 8 Extratos 18 Ofícios 19 Projetos de Lei 19 Proposta de Emenda à Constituição 22 Redações Finais 23</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 025ª SESSÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2019 EM HOMENAGEM AOS 40 ANOS DA COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

A todos, em nome da Casa, o nosso cordial boa noite! Sejam muito bem-vindos!

Neste momento, convido para compor a Mesa as autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor Ricardo de Gouvêa, Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e Desenvolvimento Rural, neste ato representando o excelentíssimo Governador do Estado, senhor Carlos Moisés da Silva;

Excelentíssimo senhor 3º Secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Altair Silva;

Excelentíssimo senhor ex-Secretário de Agricultura de Santa Catarina, Deputado Estadual Moacir Sopelsa;

Senhora presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, médica veterinária, doutora Luciane de Cassia Surdi;

Senhor superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, doutor Túlio Tavares de Lima;

Excelentíssimo Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Coronel PM, Carlos Alberto de Araújo Gomes Filho;

Senhor diretor executivo da Federação das Cooperativas Agrícolas de Santa Catarina - Fecoagro, neste ato representando todas as Cooperativas do Estado, Ivan Ramos;

Senhor vice-presidente executivo da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina - Faesc, médico veterinário, doutor Enori Barbieri.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares desta Casa, em Homenagem aos 40 Anos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional Brasileiro pelo Coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do Maestro Reginaldo da Silva. *[Degravação: Taquígrafa Ana Maria]*

(Procede-se à interpretação do hino.)
Gostaríamos também de registrar, com muita honra, a presença do Secretário Adjunto

de Estado da Agricultura e da Pesca, doutor Ricardo Miotto Temus, que também é funcionário de carreira da Cidasc; do senhor vice-presidente da Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil - Confaeab, engenheiro agrônomo Raul Zucatto; da mesma forma, do presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina, Antonio Tiago da Silva; também do diretor-presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, engenheiro agrônomo Eduardo Medeiros Piazeria; da senhora presidente da Epagri, doutora Edilene Steinwandter.

Registramos também a presença do engenheiro agrônomo, Paulo Von Dokonal, gerente de Cooperativismo, neste ato representando o senhor presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Ocesc, Luiz Vicente Suzin; da mesma forma, registrar a presença do doutor Rui Roberti, administrativo portuário, neste ato representando o senhor diretor-presidente da SCPar Porto de Imbituba; registramos ainda a presença do doutor Ari Neumann, presidente do CREA-SC, que também nos prestigia com sua presença nesta noite.

Na sequência, faremos outros registros de mais autoridades.

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo institucional que foi preparado pelos 40 anos da nossa Cidasc. *[Gravação: Guilherme]* (Procede-se à apresentação do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Quero, neste momento, convidar para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Boa noite a todas as senhoras e senhores!

Quero cumprimentar, com muito prazer e alegria, o Deputado José Milton Scheffer, autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial; o doutor Ricardo de Gouvêa, nosso Secretário de Agricultura e também representando, nesta noite, o Governador Carlos Moisés; o colega Deputado Altair Silva, nosso 3º Secretário da Assembleia Legislativa; o excelentíssimo senhor Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Coronel PM Carlos Alberto Araújo Gomes; o superintendente do Ministério da Agricultura, doutor Túlio Tavares; a senhora presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, Luciane de Cássia Surdi.

Cumprimento também o senhor vice-presidente executivo da Federação da Agricultura de Santa Catarina, Enori Barbieri; o diretor executivo da Federação das Cooperativas Agrícolas do Estado de Santa Catarina - Fecoagro, doutor Ivan Ramos; cumprimentando ainda os senhores, as senhoras, todos que vieram prestigiar os nossos homenageados desta noite; cumprimentar o nosso Coral da Alesc e a imprensa.

Gostaria de pedir a permissão de vossas excelências e de todos os homenageados para, em seu nome, cumprimentar a esposa de um grande amigo que todos nós tivemos e que foi, sem demérito a ninguém, um dos baluartes da introdução do trabalho de sanidade em Santa Catarina, doutora Vera Lúcia Farias. Através de sua pessoa, cumprimentar o nosso amigo que hoje nos abençoa lá de cima, o doutor Hamilton Farias. Embora não tenha sido um funcionário de carreira da Cidasc, mas ter sido presidente e, doutor Ricardo, vossa excelência conheceu bem, ele foi uma pessoa que contribuiu muito com seu conhecimento, e nos ensinou inclusive a encaminhar muito dos mais jovens.

Prometi ser breve ao Deputado José Milton Scheffer, mas tive a felicidade de passar pela Secretaria da Agricultura duas vezes como secretário, e tenho a felicidade maior de ser um produtor ainda, em Santa Catarina, e por isso conheço a importância do trabalho da Cidasc. A importância dessa empresa em dar o *status* que Santa Catarina tem, de sermos reconhecidos, os produtos que são produzidos em Santa Catarina com o apoio do Ministério da Agricultura, e que têm participação forte das cooperativas e das nossas agroindústrias, faz com que estejamos nos mercados mais exigentes do mundo.

Não podemos viver daquilo que nós fomos e daquilo que nós somos, precisamos ir adiante, ir à frente, e uma das coisas que nos preocupa e tenho certeza, não é diferente para nenhum de nós, é que o estado do Paraná passa, a partir de agora, a ser um estado reconhecido livre de febre aftosa sem vacinação pelo Ministério da Agricultura.

E quando conversava com o Secretário da Agricultura, doutor Ricardo, nós soubemos do sistema que está querendo ser implantado no Paraná, eu tenho dúvida, mas creio que coloca em xeque a continuidade da qualidade e da sanidade que nós temos. O Ministério da Agricultura precisa estar atento e, doutor Túlio, vossa excelência pode ser o nosso porta voz, no momento em que o estado do Paraná for livre de febre aftosa, senhor Barbieri, você que é da Faesc, sem identificação nos animais, eu tenho muito medo do que poderá vir, qual tráfego vamos ter em Santa Catarina. Mas esse é um desafio que vamos fazer juntos. *[Gravação: Taquígrafa Sílvia]*

A Cidasc tem mostrado, em toda sua existência, a preocupação com o trabalho que faz, o que pode fazer, e o que pode fazer ainda melhor, por isso agradeço a oportunidade de estar aqui. Parabéns a essa empresa! Se fôssemos falar de todas as ações, nestes 40 anos, passaríamos muitas horas e ainda não conseguiríamos colocar todo o trabalho e toda importância que ela tem. Parabéns aos homenageados!

Nós tivemos, na segunda-feira uma homenagem que a Assembleia fez, e falava com alguns familiares de homenageados *in memoriam*. Eu gostaria que o doutor Hamilton estivesse recebendo esta homenagem nesta noite. Por isso temos que nos lembrar, sempre que for possível, de indicar as pessoas enquanto elas podem receber as suas homenagens pessoalmente.

Parabéns Deputado José Milton pela homenagem que vossa excelência propôs a esta Casa e está sendo realizada nesta noite.

Parabéns a todos! Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Gostaríamos também de ouvir uma breve mensagem do Deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Boa noite a todos os senhores e senhoras presentes na sessão especial que homenageia a Cidasc e seus 40 anos.

Quero saudar o meu amigo Deputado Moacir Sopelsa, ex-secretário da Agricultura e que é uma referência do agronegócio, na Assembleia Legislativa, um orientador; saudar também o deputado proponente desta sessão, nosso colega, Deputado José Milton Scheffer; o Secretário da Agricultura, doutor Ricardo de Gouvêa; saudar o excelentíssimo senhor Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel PM Carlos Alberto de Araújo Gomes Filho.

Saudar o superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, o também batistense Túlio Tavares; saudar a senhora presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina, Luciane de Cássia Surdi; o senhor vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina - Faesc, Enori Barbieri, que também já foi presidente da Cidasc; e saudar o lendário Ivan Ramos, que tem uma história dedicada ao cooperativismo de Santa Catarina.

Eu quero agradecer a presença de todos os senhores nesta importante sessão especial, e parabenizar o Deputado José Milton Scheffer, que é o nosso presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, por homenagear uma empresa que, ao longo destes 40 anos, transformou a economia de Santa Catarina.

É uma história de sucesso do agronegócio em que a Cidasc fez, e faz parte da construção de um estado livre de febre aftosa sem vacinação, de um estado que conquistou todos os mercados globais com os produtos industrializados e produzidos em Santa Catarina. É uma história de trabalho feita por muitas mãos ao longo destes 40 anos.

Homenageá-la, Deputado José Milton, Deputado Sopelsa, é uma questão de justiça e de reconhecimento a todos os colaboradores que, ao longo destes 40 anos, construíram a história da Cidasc. Temos grandes desafios no presente, temos mais desafios ainda no futuro. O agronegócio de Santa Catarina vive o seu melhor momento no cenário de exportação, de produção e de conquistas de mercado. Mas também temos nossos desafios, precisamos, Deputado José Milton e Deputado Sopelsa, que o governo do estado invista ainda mais nas nossas empresas de agricultura de Santa Catarina.

Nós, os deputados estaduais, estamos imbuídos para em conjunto conquistarmos ou buscarmos essas oportunidades de que precisamos, e uma delas é investir mais nas nossas empresas públicas do estado. Temos a Epagri, está presente a nossa presidente, e temos a Cidasc, com a presidente também presente, duas importantes empresas de Santa Catarina presididas por duas mulheres. Mas precisamos ter mais profissionais, principalmente para participar da vigilância sanitária no estado. Precisamos investir fortemente, porque o maior patrimônio dos catarinenses é aquilo que nós produzimos.

O maior patrimônio, na verdade, são os cidadãos catarinenses, mas dependemos de uma economia e ela depende muito do agronegócio, e a Cidasc é muito importante para nós. Por isso, temos todos juntos a responsabilidade de fazer com que os próximos 40 anos da Cidasc sejam tão frutíferos como foram até agora. E se depender deste Parlamento não faltará vontade, nem determinação da nossa parte para que ela continue sendo este belo exemplo para o Brasil e principalmente para nós catarinenses.

Parabéns a todos que construíram estes 40 anos! Parabéns à Cidasc e parabéns à Santa Catarina! Pois nos orgulha muito ter uma empresa pública tão eficiente e tão importante para todos nós, catarinenses. Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Senhoras e senhores, ao cumprimentar o Secretário de Estado da Agricultura, doutor Ricardo de Gouvêa, neste ato representando o Governador do Estado, quero cumprimentar todas as autoridades já nominadas; cumprimentar todos os homenageados, em nome do Fernando Driessem, também todos os ex-presidentes da Cidasc; cumprimentar especialmente o quadro de funcionários desta empresa, em nome do Alexandre Mees, em um momento que nós catarinenses comemoramos os 40 anos desta companhia. *[Gravação: Cinthia de Lucca]*

Quero dizer que eu acompanhei, desde o tempo da Cafasc, quando nós tínhamos lá um jipe e as pessoas iniciando aquela caminhada de levar, naquela época, a assistência técnica médica veterinária, prevenção, era o começo da campanha de vacinação da febre aftosa. Criaram uma batalha enorme contra os técnicos, daquele período, e era algo que me chamava a atenção, ainda

jovem, a dedicação daqueles funcionários da antiga Cafasc, os vacinadores. Foi lá que tudo começou com uma história muito grande, presidente Luciane, de grandes desafios, mas uma história muito bonita, de vitórias.

A Cidasc é hoje, Deputado Moacir Sopelsa, uma companhia que orgulha todos nós, tem um modelo de gestão enxuto, mas ao mesmo tempo eficiente. É na verdade um grande instrumento da agricultura e do agronegócio catarinense. Ao observarmos aqui o vídeo institucional, muitas vezes, o próprio funcionário não tem noção do tamanho e da importância do trabalho que os senhores realizam para a agricultura catarinense.

A Cidasc está ligada institucionalmente à defesa sanitária animal e vegetal. É a grande responsável, juntamente com a sociedade catarinense, por nos tornar um estado diferenciado, do nosso país, como primeira área livre de febre aftosa sem vacinação e também de zona livre da peste suína, que nos deu um *status* internacional. Estive acompanhando uma missão, há seis anos, no Japão, e quando saímos do país vimos, conseguimos perceber o que tudo isso significa para a nossa agricultura, e nós temos que olhar além dos muros, além do escritório da Cidasc.

Nós temos que olhar isso, Luciane, a partir da ótica do nosso agricultor, do nosso pecuarista, a importância que é ter uma empresa que presta um trabalho com eficiência, com competência em cada município catarinense. Um quadro de funcionários exemplar, diferenciado, não precisa ter um chefe, um diretor lá em São Miguel do Oeste. Lá tem um agrônomo, um técnico agrícola, um barreirista e um médico veterinário, cumprindo a missão como um soldado cumpre a sua.

E isso no serviço público é um grande diferencial, é o que estamos homenageando hoje, esse quadro de funcionários diferenciados, que construíram uma história fundamental para que Santa Catarina pudesse se orgulhar dos números que nós temos na agricultura. Com o objetivo de que muitos agricultores possam continuar tendo a sua renda, lá no interior, tem a digital de muitos funcionários da Cidasc.

A Assembleia Legislativa quer reconhecer, em nome do povo catarinense, a qualidade, Deputado Altair Silva, dos nossos funcionários, do trabalho da Cidasc, aquilo que ela proporciona de renda, de agregar valor para o nosso produtor. Se no passado ela foi, e no presente ela é fundamental, nós temos ainda uma história muito grande. Todas as instituições terão que se reinventar, nos próximos anos, dado à modernidade, à informática e proximidade dos países. No passado, uma pessoa quando ia a São Paulo, era muito longe, hoje nós transitamos no mundo, e o mundo também passa por Santa Catarina. Isso torna mais importante ainda o trabalho dos técnicos da Cidasc na prevenção do nosso *status* sanitário.

Nesta semana, neste mês, nós temos para comemorar os 40 Anos da Cidasc um Projeto de Lei de Defesa Sanitária Vegetal que aprovamos, aqui na Assembleia, e era uma bandeira de muitos anos da Cidasc, que busca encontrar um instrumento para diferenciar e proteger os nossos produtos agrícolas e os nossos produtores.

Tive a honra, como presidente da Comissão de Agricultura, de ser o relator desse projeto que também será um marco na produção vegetal. Santa Catarina e os nossos

agricultores somente irão ter futuro, presidente Edilene, se nós produzirmos produtos diferenciados, não apenas na quantidade, mas no seu *status* sanitário e de sustentabilidade.

A Cidasc é e será, presidente Edilene, essencial, nos próximos anos, para o futuro da nossa agricultura, e eu quero que essa história sirva de inspiração para que possamos continuar avançando. Temos um momento, nos 40 anos, uma médica veterinária na presidência da companhia, isso para nós é de grande relevância,

Gostaríamos de desejar muito sucesso a senhora e a sua equipe e, acima de tudo, parabenizar todos os amigos e colegas cidascuianos. Vamos seguir em frente, enfrentando novos desafios, a agricultura de Santa Catarina precisa da Cidasc e de cada um dos senhores.

Parabéns pelo trabalho e pela história desta companhia, que todos nós catarinenses amamos e reconhecemos a sua importância! Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A seguir, quero convidar o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem aos 40 Anos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc.

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado José Milton Scheffer para fazer a entrega das homenagens.

Para este ato, convidamos também o excelentíssimo senhor Deputado Moacir Sopelsa e o excelentíssimo senhor Deputado Altair Silva.

Convidamos para receber a homenagem, em nome da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, a senhora presidente Luciane de Cássia Surdi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

[Degravação: Taquígrafa

Elzamar] Convidamos para receber a homenagem o senhor Secretário Adjunto da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural e engenheiro agrônomo da Cidasc, Ricardo Miotto Ternus.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor presidente da Cidasc, gestão 2007 a 2010, Edson Henrique Veran.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor supervisor do Terminal Graneliro de São Francisco do Sul, Assis Greselle.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor médico veterinário emérito da Cidasc, Claudinei Martins, neste ato representado pela senhora Carla Gomes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor médico veterinário da Cidasc, Nilson Luiz Kaefler.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor profissional da Cidasc, Pedro Macário.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a senhora Alessandra Mafra, neste ato representada pelo senhor Cláudio Osmar Vieira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a senhora profissional emérita da Cidasc, Zuleide Orben, neste ato representada pela senhora Raquel Perottoni Schiefeler.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a senhora profissional emérita da Cidasc, Aurélia Fátima Etges.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, em nome do senhor médico veterinário, Hamilton Ricardo Farias, *in memoriam*, sua esposa, a senhora Vera Lúcia Farias.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Parlamento catarinense fará entrega de certificados às personalidades que muito contribuíram na construção destes 40 anos de história.

Convidamos para receber o certificado o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Ricardo de Gouvêa.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o excelentíssimo senhor Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, o senhor superintendente Túlio Tavares Santos.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)[Degravação: Gabriel]

Convidamos para receber o certificado, representando a Federação da Agricultura e Pecuária - Faesc, o senhor José Zeferino Pedrozo, neste ato representado pelo senhor Enori Barbieri.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado, representando a Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina - Fecoagro, o senhor Ivan Ramos.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado, representando o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o senhor presidente Ari Geraldo Neumann.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado, representando o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina, o senhor presidente Marcos Vinícius de Oliveira Neves.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado, representando o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados - Sincicarne, a senhora presidente Irani Pamplona Peters, neste ato representada pelo senhor Jorge Luiz de Lima.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado, representando a Associação Catarinense de Criadores de Suínos, o senhor presidente Losiviano Luiz de Lorenzi.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Agradecemos aos senhores deputados pela entrega das homenagens.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo e será reprisada durante a semana. Acompanhe a programação! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Senhoras e senhores, dando continuidade a programação de comemoração em homenagem a Cidasc, nos seus 40 anos, convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados e dos profissionais da Cidasc, a senhora presidente Luciane de Cássia Surdi.

A SRA. LUCIANE DE CÁSSIA SURDI - Senhoras e senhores, boa noite! Inicialmente, gostaria de agradecer, em nome de todos os dirigentes e colaboradores da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, a nossa querida Cidasc, ao Deputado Julio Garcia, presidente desta Assembleia Legislativa; e de forma especial ao Deputado José Milton Scheffer, autor do requerimento para realização desta sessão especial, que reúne hoje para comemorarmos os 40 anos de fundação e atuação da Cidasc em Santa Catarina.

Fazer 40 anos é um grande feito, na realidade é incrível, mas fazer 40 anos sem envelhecer é a fórmula perfeita para permanecer produzindo conquistas e resultados para a sociedade catarinense, o que sempre fizemos com maestria. Poucas organizações conseguiram reunir tantas realizações positivas quanto a Cidasc nestes 40 anos de existência. Sua história de luta e determinação colocaram Santa Catarina em destaque no cenário agropecuário nacional e internacional.

Obtendo uma clara dimensão do seu papel na sociedade, vimos que a Cidasc trabalha para promover o agronegócio catarinense e o desenvolvimento das cadeias produtivas, por meio da sanidade animal, vegetal, e inspeção de produtos de origem animal, com o objetivo de garantir a excelência sanitária nos rebanhos e lavouras do Estado.

Quando ingressei na Cidasc, em 1986, Santa Catarina já buscava a erradicação da febre aftosa, em função de um decréscimo no número de focos no estado naquele ano, chegando-se a ocorrência de apenas dois focos. Houve um desestímulo, e até um questionamento por parte dos produtores em continuar a vacinação no rebanho. Devido a isso, observou-se a queda dos índices de vacinação, e como consequência os focos de febre aftosa começaram a ser frequentes. Era preciso agir nesse sentido.

Começavam a ganhar forças as nossas campanhas de vacinação e a busca de

certificação como zona livre de febre aftosa sem vacinação. Em outubro de 1993, lembro-me, na quinta etapa da vacinação, a Cidasc se fez presente em todos os municípios do estado de Santa Catarina. Nas 186 mil propriedades registradas, vacinando mais de 2,3 milhões de bovinos, através de um trabalho direto de 222 médicos veterinários e 2.400 vacinadores. Neste ano, também foi registrado o último foco no estado, detectado em um frigorífico, no município de São Miguel do Oeste, envolvendo animais provenientes do estado do Paraná.

Podemos dizer que este compromisso com o produtor rural do nosso estado vem de berço. Fizemos o nosso melhor, e foi com base em todo esse trabalho que conquistamos, em 1996, a certificação como zona livre de febre aftosa sem vacinação. A partir daí, a Cidasc se tornou ainda mais forte, mostrou que com trabalho e dedicação se chega longe. *[Degravação: Estephani]*

Queríamos ainda chegar mais longe, apesar das pressões advindas de alguns setores da sociedade, o estado de Santa Catarina manteve a decisão de não vacinar seus animais, objetivando a obtenção da Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação.

Essa decisão apontou as necessidades de termos apoio de outras entidades para buscarmos novas conquistas. Em 2006, foi criado o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - Icsa, com a finalidade de apoiar na defesa sanitária agropecuária junto a órgãos e entidades públicas e privadas. As parcerias entre instituições privadas, produtores rurais, poder público e o trabalho dos profissionais, levaram nosso estado a brilhar no cenário nacional e internacional no ano de 2007. Conquistamos o Certificado de Reconhecimento Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE.

Era hora de aumentar os nossos controles sanitários. Conquistamos a certificação e não poderíamos parar no tempo. Iniciamos o Projeto de Identificação Individual dos Bovinos e Bubalinos - PIB-SC, como foi chamado inicialmente. E para atender às demandas, realizamos a contratação de 120 médicos veterinários para compor o quadro da companhia. Com esse cenário, Santa Catarina investiu no reforço do seu sistema de vigilância, conquistando assim, em maio de 2015, a Certificação de Zona Livre de Peste Suína Clássica, mais um diferencial para nossa produção agropecuária, tomando ainda mais ativa.

Chegamos em 2019 e precisamos refletir. Hoje a Cidasc comemora 40 anos, mas o que almejamos para o futuro? O que o futuro espera dos que fazem a companhia? O mundo lá fora está em constante mudança e precisamos acompanhar essas mudanças. As perguntas mudam a toda hora, por isso as respostas terão que ser imediatas, a sociedade tem pressa. Dizem que a vida começa aos quarenta, por isso os festejos não devem se reduzir apenas ao que aconteceu no passado. Hoje, a Cidasc está madura e, por força disso, devemos nos dedicar à avaliação dos acertos e desacertos, preparando-se para o desafio do presente, e também para os desafios que o futuro nos reserva.

O presente é a nossa melhor fase, porque amanhã já é passado, então precisamos planejar, trabalhar e agir no ritmo do amanhã. Tenho certeza de que com a

determinação de homens e mulheres que fazem a Cidasc, imbuídos de compromisso e espírito de luta, garantirão que nosso melhor presente será o futuro exitoso que estamos construindo hoje. Nestes 40 anos, a Cidasc conquistou a confiança de milhares de catarinenses, graças a um trabalho de excelência e de grande relevância baseado na ética e no comprometimento com as prioridades do estado de Santa Catarina e dos produtores rurais. Estou certa de que assim será, também, nos próximos 40 anos, e para tanto a companhia acelera projetos e programas sanitários para atender as demandas da nossa sociedade.

Cabe aqui destacar algumas dessas iniciativas que permitirão um encontro marcado com o futuro. São estes alguns exemplos: a construção de novas instalações na área técnica; recomposição da nossa força de trabalho; modernizar a equipe e equipar as áreas técnicas; ampliar o *status* sanitário; avaliação por desempenho de todos os profissionais. São demandas inadiáveis, são os alicerces do nosso futuro, o apoio que temos recebido do Governador Moisés nos remete à certeza de que esse futuro será promissor.

Assim, na qualidade de presidente da Cidasc, em nome da diretoria e dos nossos empregados, sinto-me muito mais feliz. Sinto-me honrada pelo reconhecimento desta Assembleia Legislativa no profícuo trabalho desenvolvido pela companhia em nosso estado ao longo dos últimos 40 anos. Por essa razão, esta Casa que congrega os ilustres Deputados do nosso Estado, nos reuniu hoje para juntos prestarmos esta homenagem à Cidasc, a dez funcionários e a outras dez instituições que personificam o que a Cidasc tem de melhor.

Agradeço a todos os deputados aqui presentes, em nome do Presidente Julio Garcia, e ao Deputado José Milton Scheffer, a enorme deferência desta Assembleia Legislativa para com a Cidasc. Ela reconhece e enaltece as histórias de homens e mulheres que, com seu trabalho, seu espírito de luta, seu compromisso em fazer mais e melhor, sua determinação e sua força de vontade, fizeram e fazem parte da história da empresa. Agradeço também aos empresários, ex-dirigentes, antigos e atuais funcionários, personalidades, empresas e instituições que contribuíram para a construção da nossa história em Santa Catarina, e que foram homenageados nesta Casa.

A todos vocês, o meu muito obrigado por reconhecerem a Cidasc como uma empresa cujo trabalho contribui inegavelmente, dia após dia, para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Quero, por fim, agradecer a todos os senhores e senhoras, brindando a todos com uma frase de um ser humano notável, Victor Hugo: "O futuro tem muitos nomes. Para os fracos, é o inalcançável; para os temerosos, o desconhecido; para os valentes, é a oportunidade". Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Dando sequência, gostaria de convidar para fazer uso da palavra o senhor Secretário da Agricultura e Pesca de Santa Catarina, Ricardo de Gouvêa, neste ato representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva.

O SR. RICARDO DE GOUVÊA - Boa noite a todos e a todas! Gostaria de cumprimentar o senhor Deputado José Milton, em nome dele cumprimentar os parlamentares

Moacir Sopelsa e Altair Silva; e em nome da presidente Luciane, cumprimentar todos os cidasquianos, principalmente os que vieram de longe, de Chapecó e de outros lugares. Cumprimentar todos, também pelos 40 anos de muito trabalho e de muita dedicação.

Gostaria de cumprimentar ainda os membros da Mesa, o superintendente do Ministério da Agricultura, senhor Túlio, e muito obrigado pela presença e pela parceria que tem feito com a agricultura de Santa Catarina; Ivan Ramos já é mais do que conhecido, da Fecoagro, e grande parceiro da Cidasc e da própria secretaria. *[Degravação: Northon]*

Cumprimentar também o Comandante-Geral Carlos Araújo Gomes Júnior, além de sermos parceiros, tornou-se um grande amigo nosso e, principalmente, da Cidasc. Estamos buscando um trabalho em conjunto, visando esticar um pouco mais os braços da Cidasc, e uma parceria de controle de trânsito através da Polícia Militar.

Senhor Enori, representando aqui o Pedrozo, mas principalmente o próprio Enori, por ser um egresso da Cidasc e que também foi secretário, então, muito obrigado pela presença também. Os demais eu não vou cumprimentar, pois, num dia desses, um parlamentar me disse que gasta mais tempo, às vezes, cumprimentando todo mundo do que com o próprio discurso, assim, irei parar por aqui.

Senhores, sem dúvida, é uma data extremamente importante que mostra os 40 anos de uma empresa que já vinha de um histórico de sucesso pela conjugação de outras empresas. Mostra um período, a transição destes 40 anos, de muito trabalho, que se confunde, digamos assim, com o sucesso do estado de Santa Catarina hoje, com relação à defesa sanitária e aos trabalhos voltados para a sanidade animal e vegetal no estado, no Brasil e no mundo.

Muitas vezes, eu tive oportunidade de viajar, ir a algumas missões para fora do país, algumas vezes o Enori ia junto, e o nome da Cidasc sempre foi muito bem divulgado e lembrado. Isso mostra, Deputado José Milton, que não é mais uma empresa de Santa Catarina e nem do Brasil e, sim, uma empresa que hoje tem um nome, um conceito no mercado mundial. E isso dá segurança, exatamente, para que mercados venham ao Brasil e, principalmente, a Santa Catarina.

Por coincidência, acabei de sair de uma reunião no gabinete do Governador, com uma pessoa que representa uma república, dentro da Rússia, e estava conversando sobre a possibilidade de essa república comprar carnes de Santa Catarina. Por que isso? Porque nós temos um serviço que tem sua qualidade, sua segurança e hoje reconhecido mundialmente.

Não faz um mês, mais ou menos, eu recebi o embaixador, na verdade, foram dois embaixadores de países interessados em comprar carne e, talvez, como o caso da República da Guiné, interessada, inclusive, na experiência e de fazer a troca de *know how* que tem a Cidasc e a Epagri para poder desenvolver aquele país que tanto sofreu e que agora começa uma nova fase dentro do mundo. Tudo isso mostra que eles estão interessados em Santa Catarina porque existe, sem dúvida, um trabalho muito bem feito pelo estado, de muitos anos, não é de agora, que mostra e dá essa segurança a esses mercados que nos procuram. Então, esse é fruto de um trabalho, sem dúvida, do estado de Santa Catarina, da Cidasc, das empresas vinculadas, a Epagri e Ceasa.

E, neste momento, gostaria de destacar a presença dos presidentes, como a Edilene, da Epagri, que já foi citada; o Angelo, do Ceasa; e a homenageada, Luciane, da Cidasc; bem como os demais colegas da diretoria, da secretaria e das empresas também, como meu parceiro de secretaria, funcionário da Cidasc, o Ricardo.

Lá nós temos uma situação, presidente, que eu gostaria de comunicar. Nós somos dois secretários com o nome de Ricardo, quando ligam para lá e querem falar com o secretário Ricardo, se for assunto bom é comigo, se for problema é com ele. Ficamos combinados assim, e fica mais fácil de nós trabalharmos. Brincadeira, na verdade, isso faz parte de uma equipe de trabalho que não se importa muito se um é secretário, se o outro é adjunto, se tem diretor ou se é gerente. O que nós estamos fazendo é um trabalho de equipe e, principalmente, trabalhando com as três empresas vinculadas.

Nesse aspecto, eu gostaria de fazer um pequeno destaque, quando fui convidado pelo Governador para assumir a pasta da Secretaria da Agricultura, o primeiro assunto que eu conversei com ele foi o seguinte: "A Secretaria precisa trabalhar com as três empresas vinculadas, diretamente ligadas", e ele respondeu: "É exatamente isso que eu quero. Eu espero uma agricultura que traga resultados, já que está vindo do setor privado".

Eu acho que passados já quase 11 meses da administração, conseguimos juntar todos esses trabalhos. Hoje ouvi um depoimento da presidente da Epagri que me deixou bastante feliz, porque estou vendo que, no lançamento de um programa, ou até a apresentação de um programa, o 'Coagro Consciente', é fruto do trabalho das três empresas e mais a secretaria junto, e isso nos deixa extremamente tranquilos, porque sabemos que os desafios que vêm pela frente são muitos.

Nós estamos numa fase do mundo extremamente delicada, com doenças ocorrendo por aí. A China está lá com uma situação extremamente complicada, com a peste suína africana, que já se esparramou para mais de 14 países em volta. Tivemos notícias da possibilidade de estar chegando à Rússia e foi detectado em javalis na fronteira da Alemanha. Vejam que a doença se espalha rápida, e nós estamos muito preocupados com o Brasil e precisamos tomar atitudes rápidas sobre isso.

Por outro lado, estamos vendo que os mercados estão demandando muito, vem aí o grande desafio, eu não vou falar do histórico da Cidasc, porque penso que a Luciane já falou muito bem, mas vou falar do grande desafio que nós temos pela frente. A Cidasc com as demais entidades, empresas, setor privado e associações dos produtores, Sindicarne e cooperativas, tem um desafio muito grande, na verdade, que é de conseguir avançar nesses mercados. A demanda é grande, por isso temos que aproveitar e colocar o Brasil e Santa Catarina, efetivamente, de uma vez por todas, em uma posição de destaque nesses mercados.

Agora, o desafio também é de conseguirmos manter o nosso programa de sanidade. Temos algumas questões internas, temos uma peste suína clássica no Nordeste que nos preocupa muito, é um trânsito muito grande de veículos daqui para lá e de lá para cá. *[Degravação: Jéssica]*

Temos uma situação no Uruguai, não é? Que também nos incomoda, e temos, eu falei que não ia tocar nesse assunto, mas já

que o senhor tocou, eu vou dizer, o Túlio já está cansado de me ouvir falar. Temos uma preocupação muito grande com a retirada da vacina do Paraná. Neste momento crítico, a situação do próprio plano federal não nos dá muita segurança de saber de onde vem esse animal. Se o animal é do Paraná, do Paraguai e tudo mais, uma vez que, como falou o deputado, não tem a identificação desses animais.

Veran era presidente na época em que estivemos aqui, e fazia todo um trabalho para identificar e efetivamente comprovar que o animal era de Santa Catarina, não é, Veran? Então, esse é um desafio que enfrentamos na época, mas gostaria de, como eu tenho dito, sou movido a desafios, aproveitar para dizer o seguinte: convocar todos para os desafios dos próximos 40 anos da Cidasc e da agricultura de Santa Catarina.

Ou seja, não basta mais fazermos só o controle hoje, colocar brinco nos animais e cuidar das nossas barreiras, nós vamos ter que fazer muito mais. Trazer tecnologia, fazer uma parceria como essa que eu citei antes, com a Polícia Militar. A Polícia Militar de Santa Catarina é um expoente no Brasil, tem muita tecnologia instalada lá e que pode nos ajudar muito.

Penso que esse é o grande desafio que nós temos e convido todos a enfrentarem, ou desafiarem, por mais 40 anos, pelo menos, para manter Santa Catarina exatamente nesse patamar de excelência. Nós não podemos ficar deitados em berço esplêndido, temos que correr para frente.

Pessoal, muito obrigado! Parabéns a todos os cidasquianos, parabéns à presidente e aos demais presidentes que já passaram pela Cidasc.

Desejo a todos muita sorte, que Deus lhes abençoe!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Já encaminhando para o encerramento desta sessão de homenagem, nós apenas gostaríamos de dizer aos funcionários da Cidasc, já que falamos aqui de futuro, dizer que a Cidasc é para a sociedade catarinense, para a agropecuária, a garantia de segurança e respeito. É isso que essa empresa significa, garantia de segurança e respeito para a nossa agropecuária e para os nossos agricultores. A missão dela foi e será crucial para o futuro da nossa agricultura e do nosso agronegócio.

A Assembleia Legislativa, mais uma vez, reconhece e homenageia todos os funcionários e dirigentes desta empresa que, ainda jovem, aos seus 40 anos, já tem uma folha de serviço prestado para o nosso estado. Quero aqui agradecer a todos do Cerimonial da Assembleia Legislativa, também da Comissão de Agricultura, a assessoria da presidência da Cidasc, que nos ajudaram na organização desta sessão. Em nome do Presidente Júlio Garcia e dos 40 Deputados Estaduais, colocar esta Casa à disposição da companhia e de seus funcionários.

Em nome da Presidência, nós queremos agradecer a presença de todas as autoridades e a todos os senhores e senhoras que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente à hora regimental. *[Degravação: Roberto]* *[Revisão: Taquígrafa Eliana]*.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 030-DL, de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
 CONCEDE autorização à Senhora Deputada Paulinha, para ausentar-se do País, no período de 14 a 19 de janeiro de 2020, a fim de participar do Fórum *Transforming Transportation*, em Washington, nos Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de dezembro de 2019.

Deputado **JÚLIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - 1º Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DA DEPUTADA PAULINHA

Ofício nº 448/2019

Florianópolis, 04 de Dezembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor

JÚLIO GARCIA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

Senhor Presidente,

Venho através deste, comunicar a ausência da Deputada Paulinha no período de 14/01/2020 a 19/01/2020 para participar oficialmente do Fórum *Transforming Transportation*.

Transforming Transportation é a conferência anual coorganizada pelo Banco Mundial e pelo Embarq, a iniciativa de mobilidade urbana sustentável do WRI Ross Center for Sustainable Cities. O tema para transformar o transporte 2020 será "conectado pessoas para o crescimento sustentável".

Sendo o que se apresenta para o momento e colocando-nos a Vossa inteira disposição reiteramos propostas de estima e consideração.

Atenciosamente,

José Alexandre Machado

Chefe de Gabinete

Lido no Expediente

Sessão de 05/12/19

* * *

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 567, de 02 de dezembro de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 24, da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010,*

ART. 1º CONSIDERAR PRORROGADO, por 30 (trinta) dias, os efeitos do Ato da Mesa nº 034/2019, de 30 de janeiro de 2019, que constituiu Comissão de Sindicância, a contar de 1º de novembro de 2019.

ART. 2º Fica suspensa a contagem do prazo no período de 1º a 31 de outubro de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

Replicado por Incorreção

* * *

ATO DA MESA Nº 576, de 11 de dezembro de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 15, § 2º, da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010,*

PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, os efeitos do Ato da Mesa nº 510/2019, de 28 de agosto de 2019, que constituiu Comissão Legal - Processo Administrativo Disciplinar, a contar de 1º de fevereiro de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 577, de 11 de dezembro de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **ANDREIA REGINA FILGUEIRAS**, matrícula nº 7179, da função de Chefia de Seção - Folha de Pagamento de Servidores Ativos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2019 (DRH - Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 578, de 11 de dezembro de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c L.C. nº 739/2019.*

Art. 1º DESIGNAR a servidora **ANDREIA REGINA**

FILGUEIRAS, matrícula nº 7179, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Benefícios e Atendimento ao Servidor, código PL/FC-3 do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2019 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 579, de 11 de dezembro de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar **PONTO FACULTATIVO** para os servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, os dias 20, 23, 24, 26, 27, 30 e 31 de dezembro de 2019, por ocasião do Recesso Parlamentar.

Art. 2º Estabelecer **TURNO ÚNICO** para os servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a ser cumprido das 13:00h às 19:00h de segunda a quinta-feira, e das 07:00h às 13:00h às sextas-feiras, no período de 2 a 31 de janeiro de 2020, por ocasião do Recesso Parlamentar.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CPI

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES
ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS
NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS
LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A
ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS
9H30MIN, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, bom dia. Igualmente bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como aos senhores e às senhoras ouvintes da Rádio Digital Alesec.

Havendo quórum regimental, damos início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

E suas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia das atas da 25ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Mesa nº 030, de 21 de fevereiro de 2019; e também da 26ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Mesa nº 030, de 21 de fevereiro de 2019.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem as queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Recebemos os seguintes expedientes: da eminente Deputada Marlene Fengler, comunicando a ausência no dia de hoje, mas indicando o eminente Deputado Ismael dos Santos para substituí-la; seja bem-vindo, Deputado Ismael; e também do Deputado Fernando Krelling, do Deputado Jerry Comper e da Deputada Luciane Carminatti comunicando a ausência; e da mesma forma como aconteceu na reunião passada, o eminente Deputado Ivan Naatz substitui o Deputado João Amin, que se encontra em viagem.

Além do Deputado Cobalchini, nós temos hoje também, para a ouvida de testemunha, o senhor Romualdo Theophanes de França Júnior, que se encontra neste ambiente.

Solicito à assessoria, por gentileza, que encaminhe o senhor Romualdo até a sala das Comissões para que possa aguardar lá o chamamento no horário previsto.

(O senhor Romualdo Theophanes de França Júnior deixa o recinto.)

Senhores Deputados, recebi do eminente Deputado Valdir Cobalchini um ofício se colocando à disposição desta Comissão para prestar esclarecimentos, se assim entendessem os senhores Deputados. Ato contínuo, a fim de que fosse formalizado, expedi, então, em nome desta Comissão, ofício a sua excelência o convidando para, no dia de hoje e nesta hora, participar desta reunião, como convidado para prestar esclarecimentos, tendo em vista que foi Secretário de Estado da Infraestrutura e também tem conhecimento ou pode ajudar nessa questão da CPI da Ponte.

Vou dispensar os comentários de praxe que faço a todas as pessoas que aqui vêm e que prestam depoimento, pois se trata de vontade própria de sua excelência de aqui comparecer para prestar esclarecimentos referentes à Ponte Hercílio Luz.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Valdir Cobalchini para, de forma breve, em querendo, fazer algum comentário acerca do seu oferecimento para vir aqui no dia de hoje. E nós agradecemos a sua presença.

Então, com a palavra o Deputado Cobalchini e, em seguida, eu passo a palavra para o Relator, Deputado Bruno Souza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bom dia, Presidente Deputado Marcos Vieira; bom dia, Deputado Bruno, Relator da CPI; Deputado Ivan Naatz; Deputado Sargento Lima; Deputado Ismael.

Na verdade, como fui Secretário, eu entendi que deveria espontaneamente vir aqui, até pela transparência que penso, né, deva existir, e não me sentiria bem se não fizesse isso. Muito embora as competências tanto do Deinfra quanto da Secretaria da Infraestrutura previstas em lei – e eu vou deixar aqui com o Presidente a 381 e a 382 – estabeleçam claramente quais são as competências, no papel de

Secretário a minha competência legal era da formulação da política de infraestrutura, e, do Deinfra, a execução.

Notadamente em relação à questão da ponte, é... é... o contrato firmado em 2008, quando... Eu não vou adentrar, porque eu devo responder esses questionamentos, tá? Mas agradecer pelo convite, né, formulado por vossa excelência e estou aqui à disposição, muito sereno e muito tranquilo é... no sentido de tentar ajudar, né? Eventualmente se tiver algum questionamento que seja de minha parte desconhecida, também, né, lamento que não... é... não poder eventualmente responder algum questionamento por absoluto desconhecimento em função de que no dia a dia, no cotidiano, não era de minha responsabilidade.

Mas, enfim, agradeço e me coloco à inteira disposição dos Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, eu vou passar a palavra para o Deputado Bruno, mas também quero dizer ao Deputado Cobalchini que sua excelência tem toda a liberdade, em não querendo responder qualquer pergunta, de assim agir a qualquer momento, sem problema algum.

Deputado Bruno, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom dia.

Agradeço a atitude do Deputado Cobalchini em vir aqui tentar ajudar esta Comissão a esclarecer os fatos. Agradecemos a presença e tenho certeza que vai ser proveitosa para que nós possamos aqui encontrar, montar um pouco mais dessa história. Então, muito obrigado.

E antes de começar as perguntas, também agradeço todos os Deputados, porque hoje é a nossa última reunião. Então, agradeço a paciência demonstrada nesses últimos meses, agradeço o Presidente pela condução dos trabalhos, agradeço também a oportunidade de trabalhar e aprender com cada um dos senhores.

Vamos, agora, à próxima etapa para que a gente possa encerrar esta Comissão.

Deputado, quando assumiu a Secretaria da Infraestrutura, o senhor buscou se informar sobre a real situação das obras da Ponte Hercílio Luz conduzidas pelo Consórcio Florianópolis Monumento? Chegou a fazer reunião com a equipe que estava no canteiro de obras, com os fiscais ou buscou se inteirar através de relatórios de supervisão ou alguma coisa do gênero?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A questão da Ponte Hercílio Luz obviamente que chama e chamou muito a atenção em função de ser uma obra completamente diferente. E, sim, participei de inúmeras reuniões com a equipe técnica, com o Governador, é... quando se tratou, sim, da situação da, da obra da ponte, eu diria que emblemática para Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A capacidade financeira do Estado era o principal fator do atraso nas obras ou era a capacidade técnica do consórcio executor na época?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bem, é... a falta de condição financeira do Estado à época... É... o Estado só dispunha de Fonte 100, recursos do Tesouro do Estado. É... e eu próprio tentei buscar uma alternativa de recurso quando pensei, como é uma obra diferente, até uma obra *(ri)* que representa, né, pra Santa Catarina, talvez até uma obra de arte, fui ao Ministério da Cultura e apresentei um projeto lá em busca de recursos da Lei Rouanet, porque não via, eu não via como o Estado tocar essa obra, com necessidade de recursos astronômicos, dependendo única e exclusivamente da Fonte 100.

Então eu tinha noção clara e não poderia, né, cobrar naquele momento cronograma físico se, por outro lado, nós não tínhamos condições de apresentar um cronograma financeiro. Então eu tinha, sim, noção da dificuldade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E já nessa época começou a ser pensado aquele financiamento com o BNDES também ou foi posterior?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – À época ainda nós não tínhamos a noção de que pudéssemos ter recursos do BNDES. Isso surgiu mais à frente e, aí, sim, a partir desse momento, o Estado teve a condição de então exigir que o cronograma físico fosse cumprido, até porque a contrapartida financeira estava garantida. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Durante o primeiro ano da sua gestão, 2011, frente à Secretaria, o ritmo dos serviços caiu muito. Os faturamentos do Consórcio Florianópolis Monumento foram três vezes maior *(sic)* que em 2009 e metade do acumulado de 2010.

O senhor sabe por que isso aconteceu? Houve alguma providência da Secretaria frente ao consórcio executor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É, na verdade a... a... os pagamentos eles se dão conforme medição. Se a medição não existir, não há pagamento, né? É, mas também por parte do Estado, só vou repetir, nós tínhamos uma... é... início de governo e a falta de recursos da Fonte 100 isso não é novidade. Em qualquer tempo no Estado, se você depender pra investimentos da Fonte 100, é... é quase que impossível.

É... Então... é... digamos no início do governo nós tivemos não apenas em relação a esta, mas também a outras obras que não tinham fontes garantidas... Claro que tinham convênios com o governo federal, financiamentos ainda de outras obras em execução vindas do governo anterior, mas em relação especificamente à Ponte Hercílio Luz nós não tínhamos essa previsão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E ela era tocada até aquele momento com financiamento, com fontes próprias, então?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Com fontes próprias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em 2012 a situação se modificou muito pouco e as médias mensais de medições se mantêm próximas às verificadas em 2011, ou seja, igualmente muito aquém do previsto no cronograma. Ocorre que em junho de 2012 é assinado esse oitavo termo aditivo ao contrato original, prorrogando o contrato por mais trinta meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014.

Ao final de junho de 2012, ao invés das obras da Ponte Hercílio Luz estarem concluídas, o contrato estava apenas com 23% executado, mesmo após esses longos três anos e meio de contratos anteriores.

O senhor poderia explicar por que foi assinado mais esse termo aditivo e não foi rescindido o contrato na época?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É... muito embora eu fosse o Secretário da Infraestrutura, eu não tinha ingerência direta sobre a questão operacional, né? Então, esta... a questão desse aditivo de prazo é uma questão técnica, administrativa, operacional, e que não fui consultado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então foi uma decisão do Deinfra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O Deinfra era o órgão executor, no Deinfra tem um... um... um colegiado, tem um Conselho, que é presidido pelo presidente do Deinfra (r) e, é... o Secretário não... não faz parte desse Conselho. Não consigo entender, né, como que um órgão que deveria... não, não subordinado, mas... até porque é uma autarquia, apenas tem uma vinculação. Então... é... ao Secretário não lhe fa... não lhe f... não... legalmente, né, não tinha poder, né, de comando sobre o Deinfra, razão pela qual é... esta decisão e outras decisões, né, foram tomadas por conta da autonomia plena, né, que o Deinfra possuía. Não possui obviamente porque foi extinto, mas até então, né, era soberano em relação às decisões administrativas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor só foi comunicado do plano de aditamento do contrato?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sequer comunicado. A gente acaba tomando conhecimento, mas formalmente não fui comunicado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor poderia nos dizer se essa decisão do Conselho foi uma decisão em que o aspecto político acabou pesando um pouco mais que o aspecto técnico? [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A questão da continuidade da... da obra Hercílio Luz, que se arrastava por muito tempo, penso que pesou muito nessa, nessa decisão e havia, sim, a expectativa de que o Estado pudesse encontrar uma solução financeira. Eu próprio tava acreditando muito que nós teríamos a adesão, até mesmo da sociedade, das empresas, quando nós viabilizamos é... a autorização do Ministério da Cultura pra fazer a captação desses recursos provenientes da Lei Rouanet.

Então, tínhamos, sim, uma expectativa de que pudéssemos... e qual o governo não deseja entregar uma obra como essa? E eu, participante do governo, como Secretário da Infraestrutura, sim, fizemos todo o empenho possível, né, porque ao contrário seria uma omissão. Tentamos, inclusive, alternativas, a própria... é... não em substituição à ponte, mas o modelo construtivo, porque esse apresentava é... é... muito elevado o custo. Buscamos uma alternativa que fosse mais em conta, mas não foi possível dado, inclusive, às exigências do próprio Iphan é... de que deveria ser mantida a sua originalidade.

Por conta disso, o custo, né, como todos sabem, né, ele é maior do que uma obra de arte similar a essa é... e... Enfim, sabíamos da dificuldade, mas não tínhamos muito o que fazer, a não, a não ser buscar opções como fizemos, e hoje ela está prestes a ser entregue.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Logo após o aditamento, em junho de 2012, o contrato entra na sua pior

média de execução, sendo que no segundo semestre de 2012 inteiro – de julho a dezembro – as medições do consórcio apontavam somente R\$ 375 mil faturados, o que representam, aproximadamente, 2% do que deveria ser executado no período. O canteiro de obras estava praticamente abandonado e os serviços técnicos estavam parados, e essa não era uma situação eventual, era a realidade ao longo dos últimos seis meses anteriores.

O senhor poderia nos esclarecer por que o contrato não foi rescindido nesse momento, senão em junho de 2012 ou no fim no início de 2013, já que era a hora de dar um basta na situação? Já não estava claro para a Secretaria que a executora não iria finalizar a obra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bem, eu não tinha a competência formal, né, pra tomar qualquer tipo de iniciativa, apenas a... a... a representação que... que... que tinha como... como... como Secretário. É... era notório a dificuldade da empresa da execução da obra. É... a empresa também buscava e sempre... e sempre que nos reuníamos, tá, a empresa alimentava a perspectiva de que pudesse tocar e concluir a obra. Mas nós precisaríamos também construir elementos probatórios para que ao final – e foi o que aconteceu – houvesse a rescisão contratual e, inclusive, tornar a empresa inidônea. É... e isso leva um certo, leva um certo tempo como, como levou, né, é... demorando aí cerca de três anos, eu acredito, esse, esse processo até chegar ao seu final.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E existiam conversas, na época, com o Deinfra sobre a real possibilidade de o consórcio entregar a obra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim. Nós reuníamos com frequência, né, inclusive em reuniões convocadas pelo próprio Governador. Tinha... era... cobrava a todos a necessidade de agilizar essas obras, né? É... Então nós tínhamos, sim, a noção do que estava acontecendo e da dificuldade de que se levasse a cabo o contrato firmado entre o Estado e a empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era do conhecimento do senhor de que nesse período do segundo semestre de 2012 início de 2013, o Estado gastou mais para manter o consórcio supervisor do que com os faturamentos do consórcio executor? [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu não tinha no dia a dia, até porque esses pagamentos não passavam por mim, hm... embora é... é assim que acontece em relação a outras obras também, de que a supervisão, ainda que a... a... a execução, e isso penso que seja uma coisa que a lei deva, deva corrigir, é... havia um pagamento de supervisão, né, e não pagamentos de execução de obra. Mas especificamente em relação a essa eu não, eu não... é... eu não tinha noção exata do que estava acontecendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esses relatórios da supervisão chegavam até o senhor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não, não chegavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor teve conhecimento da anuência do Deinfra com a apresentação do contrato de restauração da ponte como garantia a um empréstimo da Construtora Espaço Aberto junto ao Badesc no valor de R\$ 9,4 milhões?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu tomei conhecimento posteriormente a isso, não formalmente, mas tomei conhecimento, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ainda com relação ao empréstimo da Construtora Espaço Aberto junto ao Badesc, o senhor interferiu ou fez algum tipo de contato com o banco com vistas a viabilizar a concessão do crédito para a empresa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Absolutamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Deputado, o Estado assinou muitos contratos na área de infraestrutura rodoviária nos anos de 2011 e 2012, comprometendo mais de R\$ 50 milhões somente em projetos e ainda tinha que arcar com os custos das obras já em execução, como a da Ponte Hercílio Luz, de mais de R\$ 150 milhões.

A capacidade financeira do Estado não estava muito comprometida em virtude do planejamento de infraestrutura, especialmente por muitos projetos contratados em meio a tantas obras em execução?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na questão dos projetos, até porque esse, sim, era um papel da Secretaria, eu próprio interferi no sentido de que pudéssemos viabilizar projetos.

Nós tivemos o BID 5, por exemplo, que foi exclusivamente para contratação de projetos, e nós tínhamos ainda saldo financeiro no... no... do... desse programa. Mas também a própria Secretaria da Fazenda garantiu recursos para pagamento de projetos, sempre contratados, claro, pelo Deinfra, mas se nós não tivéssemos projetos, não poderíamos também captar recursos, né, de fontes internacionais, como foi com o BID, como foi com o BNDES, como foi Banco do Brasil.

Mas você não consegue acessar os recursos se não temos projetos, então foi uma decisão tomada pelo governo; eu, como Secretário, também entendia que nós tínhamos que ter projetos pra poder viabilizar as obras. Até hoje tem obras sendo executadas, fruto daqueles projetos que foram contratados naquela época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que essa decisão de consultar tantos projetos foi uma decisão acertada na época, em meio a tantas obras de alto valor em execução?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu entendo que sim, que foi acertada a decisão, mas a grande maioria das obras em execução elas tinham fontes garantidas, né, fontes de... é... é... oriundas do governo federal algumas delas, fontes internacionais, é... como o... banco Andina de Fomento, me parece que esse é o nome dessa instituição financeira internacional e também BID. É... Por exemplo, a 401 nós tivemos um convênio que foi a primeira das obras lançadas é... é... no governo, nós tivemos um convênio com o Ministério do Turismo e, graças a isso a... a... SC-401 andou numa velocidade, né, sem similar com outra obra, fruto dos recursos que nós viabilizamos, ou da Fonte 100, ou do governo federal, né, e também outras obras que estavam sendo executadas porque haviam fontes já garantidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E também havia projetos financiados com recursos próprios?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim, é... não anteriores, não posso responder anteriormente, mas é... é... é... muitos dos projetos foram contratados, sim, com recursos da Fonte 100. [Transcrição: *taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A senhora Karla Regina Krauel, que foi administradora da CSA Ltda., empresa que se consorciou com a Construtora Espaço Aberto formando o Consórcio Florianópolis Monumento, foi ouvida como testemunha nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e informou que entre os anos de 2011 e 2012, ela, como representante da CSA, se reuniu com alguns servidores da área de infraestrutura do Estado, um engenheiro responsável pela ponte, o Secretário de Estado e o Governador do Estado à época, Raimundo Colombo, com vistas a informar ao Estado que a empresa CSA estava saindo das obras da ponte e que somente a Construtora Espaço Aberto seguiria conduzindo os trabalhos.

O senhor recorda de ter participado de algumas dessas reuniões, o assunto era mesmo esse?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu não, não me lembro dessa, dessa senhora e também não lembro de ter participado de alguma reunião com a presença dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor sabia que a CSA já não estava mais na obra da ponte?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe quem determinou a continuidade do contrato, mesmo com a saída da CSA do canteiro de obra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, na verdade, o senhor acreditava que a CSA esteve na obra até o final?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na verdade eu sequer sabia da existência da... da CSA. Não... não conhecia, nem antes e nem depois, nunca soube da presença dessa empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que essa era uma informação que a Secretaria deveria... era crucial e que deveria chegar até a Secretaria?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Contratualmente, essa empresa não deveria existir. Eu não... imagino que não. A contratada era é... a... o Consórcio Monumento e essa empresa, CSA, eventualmente deve, deve ter sido contratada, né, pela contratada é... e não chegou ao meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ela fazia parte do consórcio, na verdade.

O contrato com o Consórcio Florianópolis Monumento previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, desde que o atraso seja responsabilidade da contratada. O senhor sabe por que esse dispositivo nunca foi aplicado até a rescisão contratual? Existiu algum motivo para não exigir a aplicação dessa multa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu não... não tomei conhecimento em relação a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A quem caberia a decisão final de aplicar as multas ou qualquer outra sanção ao consórcio, era o senhor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não, era o Deinfra quem detinha o... o contrato, é quem executou a... a licitação. O Deinfra é que tinha essa responsabilidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A presidência então no caso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A presidência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor convocava reuniões para tratar das obras da Ponte Hercílio Luz? E quem participava dessas reuniões caso elas acontecessem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu participei de inúmeras reuniões, sim, com é... a direção do Deinfra, com é... o Governador, com a própria empresa, isso era... é comum que essas reuniões acontecessem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E alguma vez a supervisora foi enfática em apontar que o Consórcio Florianópolis Monumento não entregaria a obra da ponte? Quem representava a supervisora nas reuniões?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bem, à medida que o tempo foi avançando, claro, ficava mais nítida a falta de condições, né, desse é... consórcio de entregar a obra. Sim. É... e claro que com o... o tempo avançando, é... havia o convencimento, ele foi se tornando claro, do governo, de que se quisesse o Estado entregar essa obra teria que partir pra uma outra alternativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra quando aconteceram essas reuniões em que foi tomada essa decisão de rescindir o contrato?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A partir, eu acredito, que de 2013 é... é praticamente que havia o... o, de todo o governo, né, a ideia de que, né, precisaríamos encontrar uma, uma alternativa legal é... para a... a rescisão desse contrato. Foi amadurecendo e chegou ao ponto de que isso efetivamente é... aconteceu em... Acredito que em 2015, eu deixei a Secretaria em 2014, é... e até aquela época não tinha ainda sido possível legalmente fazer a rescisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esse tempo de tomada de decisão foi adequado? [Transcrição: *Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Isso é o que a lei impõe. Você não pode é... por vontade própria, como na iniciativa privada, se você... a qualquer momento você pode fazer uma rescisão contratual. No serviço público você está é... enfim, subordinado a... aquilo que determina a lei. Isso não é comum também, não era comum e... e talvez nós tivemos uma das primeiras experiências e... e o próprio governo federal, logo em seguida também em relação ao... me lembro da... do aeroporto de... de Florianópolis, também seguiu a Infraero, que detinha o contrato com a mesma empresa, seguiu é... a mesma orientação dada pelo governo do Estado, né? Então, infelizmente o tempo foi... é... muito além daquilo que deveria, mas não poderia ter sido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Deputado, qual a sua responsabilidade na condução administrativa das obras da Ponte Hercílio Luz realizadas pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que o Estado teve alguma responsabilidade pelo insucesso dessa contratação ou da manutenção do contrato?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Olha, o... o Estado... é... se foi responsável foi por conta da... da legislação. O Estado fez, promoveu uma licitação e a empresa que ofereceu o menor preço foi a vencedora e assinou o contrato e executou enquanto lá esteve. Então não cabe ao Estado ter esta responsabilidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura, em 20/3/2013, o senhor assinou um contrato particular de cessão de direitos firmado entre o Consórcio Florianópolis Monumento e a empresa TDB Produtos e Serviços Ltda., o qual estabelecia que as ordens de pagamento do Consórcio Florianópolis Monumento seriam emitidas em nome da TDB, no montante de R\$ 14,5 milhões.

O senhor poderia explicar o motivo desse contrato?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sinceramente eu não lembro de que tenha assinado é... até porque não era é... minha função é... assinar contratos, até porque eu não tinha é... esta, digamos, responsabilidade legal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade era um... Era um repasse de direitos de receber, na verdade. O senhor lembra dessa ocasião?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Direito de receber por conta?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ao invés de pagar direto ao Consórcio Florianópolis Monumento, era para ser pago para a empresa TDB Produtos e Serviços Ltda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A cessão de direitos por conta de financiamento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu... eu não lembro de ter assinado esse... esse contrato. Mas, sim, sei é... de que a empresa é... lhe foi dado essa cessão de... de direitos como garantia de... de recebimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A empresa não tinha mais credibilidade para subcontratar esse tipo de serviço sozinha?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu acredito que não. É... é... a sua capacidade estava se exaurindo. À medida que o tempo ia avançando é... todas as alternativas tentadas não iam dando certo, né? E claro que chegando é... próximo do, do final, esperava-se apenas esgotar os prazos legais pra fazer a rescisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era usual o Secretário anuir com esse tipo de contrato? O senhor chegou a anuir com mais algum desse tipo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não, ã... ã... eu não, não tinha é... como Secretário, né, eu não assinava contratos. Participava de reuniões, sim, mas formalmente né, não... é... eu não, não assinava documentos, era o Deinfra quem legalmente poderia fazer isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A cláusula sétima do Contrato PJ 264 previa que a transferência dos direitos contratados a terceiros era passível de rescisão unilateral do contrato, e mesmo assim o senhor anuiu com o contrato de cessão que corresponde a quase 10% do valor originalmente contratado. A subcontratação não ensejaria a rescisão contratual?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Olha, eu não, não tive essa... essa informação, né, porque a responsabilidade total da... da execução era do... do Deinfra, né, e em nenhum momento esse assunto foi tratado comigo. [Transcrição: Grazielle da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe se esse aspecto legal foi analisado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu acredito que sim, né, eu acho que nada se faria que não fosse legal, até porque tem um corpo técnico no Deinfra, tem a própria Procuradoria-Geral do Estado que analisa as questões jurídicas e acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por fim, o senhor tem mais alguma informação ou declaração que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É... não, porque eu acredito que não, não tenha nada que tenha acontecido que... que eu pudesse trazer como... como novidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados... Deputado Jessé Lopes, vossa excelência... Deputado Ivan Naatz, Deputado Ismael, Deputado Sargento Lima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Deputado, uma das coisas mais valorosas que eu vejo num homem, e eu acredito que isso é um consenso, é o voluntariado, é a vontade de se dispor a fazer aquilo que deve ser feito. Então a gente está muito feliz com a presença do senhor aqui hoje, de ter se voluntariado a nos ajudar na nossa CPI. Tenho certeza que isso é de conhecimento de todos nesta Casa e ela reflete e demonstra o valor dos nossos Parlamentares aqui, e hoje o senhor nos representou bem. Primeiro, como eu disse, por uma das coisas mais bonitas, e é um consenso social de se dizer que o voluntariado é uma qualidade gigantesca mesmo.

Agradeço a presença do senhor hoje aqui, seja sempre bem-vindo, apesar de que esta [reunião] seja a última, né? Quero dizer que é uma honra pra gente aqui ter uma pessoa que se voluntariou pra estar aqui hoje pra nos ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais nada a declarar por parte do eminente Deputado Valdir Cobalchini, em nome da Comissão agradeço a participação de vossa excelência. E, fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Deputado Sargento Lima, Deputados... é... aqui presentes, quando soube do início da coleta de assinaturas é... para... é, é, se constituir nesta Comissão, também espontaneamente fui procurar, né, o autor, Deputado Bruno, pra aderir a, a esta é... é... Comissão, pra que isso se viabilizasse, exatamente pela é... necessidade de absoluta transparência. Esta é uma... é uma obra, não que seja única, mas é uma obra diferente e sobre ela pairam, sim, é... muitas dúvidas.

Então entendi absolutamente necessária, né, concordei e aderi. E da mesma forma que hoje, né, Deputado Ismael, né, estou aqui e estarei presente em qualquer uma outra é... é... CPI ou, enfim, é... sempre que se, se for necessária, né, é... é... a minha presença, estarei sem problema algum. Eu acredito que quando é... se é público é... não pode nada ser, né, escondido. E eu quero cumprimentar todos

os Deputados pelo trabalho é... que tem sido feito, né, acredito que não é fácil é... é... a presença de cada um aqui, seja dos depoentes, seja dos Deputados, mas necessário, né, a bem de Santa Catarina, né, a bem do Estado e da sociedade catarinense.

Então eu quero agradecer imensamente a oportunidade, Deputado Marcos, do convite que recebi a partir do ofício que fiz. É... lamento se não puder... se não, não tiver... não pude ter a condição de trazer aqui é... mais é... informações, exatamente porque é... no cotidiano, né, no dia a dia dos três anos em que permaneci na Secretaria é... não vou repetir, não tinha esta condição de... de ingerência. Aliás, não foi apenas comigo que isso aconteceu, com outros Secretários também sempre teve uma dificuldade até de relacionamento, por conta da falta de autoridade muitas vezes do próprio Secretário, não é, de... é... ter o comando de uma estrutura, né, que eu entendo deveria ter, né? Mas claro que nós não ficávamos todo dia expondo isso, né, já que foi uma decisão tomada pelo governo, assim foi durante, né, muitos anos e continuou sendo até a extinção dessa autarquia. E hoje a Secretaria, sim, exercendo plenos poderes sobre toda a sua estrutura. [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Agradecemos a participação do eminente Deputado Valdir Cobalchini.

Sua excelência fique à vontade. Se quiser permanecer conosco, continua como convidado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Solicito à assessoria que faça adentrar a este ambiente a segunda testemunha, que é o seu Romualdo Theophanes de França Júnior, por gentileza.

(O senhor Romualdo Theophanes de França Júnior adentra o recinto.)

Solicito ao senhor Romualdo que tome assento.

(O senhor Romualdo Theophanes de França Júnior senta no local indicado pelo senhor Presidente.)

Senhor Romualdo Theophanes de França Júnior, gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço, por gentileza. Bem perto do microfone, o senhor pode ligar ali embaixo, no *push*. Bem perto do microfone para que as taquígrafas possam fazer o devido registro. E a data de nascimento.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Romualdo Theophanes de França Júnior, nascimento em 28 de maio de 1963, engenheiro civil, professor concursado da Udesc. E qual era o outro item, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Endereço completo.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Endereço à rua Jacob Eisenhuth, número 512, apartamento 1.104, Joinville, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Romualdo, o senhor recebeu um ofício desta Comissão o convocando para aqui estar. O senhor tem conhecimento do teor do ofício?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sabe por que aqui está?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade no dia de hoje?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor também tem a liberdade de se recusar a responder qualquer pergunta que lhe seja formulada, sem qualquer problema.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Também se o senhor entender que deva fazer alguma questão de ordem acerca de perguntas, andamento ou rotina desta reunião, também o senhor pode fazer diretamente para o Presidente desta Comissão.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR \— O.k., lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k.?

Por primeiro vou passar a palavra ao Deputado Bruno Souza, Relator desta CPI, e em seguida aos senhores Deputados presentes. Deputado Bruno com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom dia.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Bom dia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor foi presidente do Deinfra durante o período do procedimento licitatório que

culminou com o contrato firmado com o Consórcio Florianópolis Monumento, composto pela Construtora Espaço Aberto e pela CSA, o Contrato PJ 264, que objetivou, inclusive, a restauração da Ponte Hercílio Luz.

Qual foi a sua participação em todo o desenrolar do certame? Qual era o grau de conhecimento do senhor acerca da licitação? O senhor acompanhou esse processo de perto?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Na qualidade de presidente do Deinfra, nós fizemos toda a instrução preliminar. O que que é instrução preliminar? Autorização junto ao Governador do Estado, autorização junto ao Secretário de Estado da Infraestrutura e... a busca do, das reservas orçamentárias. A partir dali ele é entregue pra diretoria específica, né, e a diretoria específica realiza todas as instruções técnicas, faz o termo de referência, entrega pra Comissão de Licitação e ela, então, faz todo o procedimento licitatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, como presidente do Conselho de Administração do Deinfra, homologou o relatório da Comissão de Licitação considerando o Consórcio Florianópolis Monumento vencedor do certame, nos termos da Resolução CA 380 (sic), de 2008. Portanto, o senhor chancelou todos os atos praticados? [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

Só pra esclarecer: a comissão é... o Conselho de Administração do Deinfra é uma... é um grupo composto por todas as diretorias do departamento, além do... da Auditoria de Controle de Gestão e ali, naquele momento, o presidente da Comissão de Licitação apresenta os relatórios da... do resultado licitatório e em conjunto se acolhe. Como presidente, eu assino, uma vez que foi decidido em... entre, em... em conselho. Não tenho... no momento não tenho nem direito a voto, a não ser que haja empate, que haja alguma dissidência, o presidente acaba votando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E existia dinheiro pra contratar a obra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Dinheiro eu não sei lhe dizer, porque dependia sempre da Secretaria da Fazenda, mas existia recurso orçamentário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas os senhores contratavam sem saber se existia ou não o...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não. Se contrata com base no recurso orçamentário, que é co... como é o recurso orçamentário? O orçamento do... da autarquia tem uma previsão de itens orçamentários, dentro dessa previsão a gente fazia as projeções de despesa, e o fundo pra... pra essa obras, posso estar enganado, mas era o Fundo Social; trabalhávamos também a possibilidade de recursos da Cide, mas era o Fundo Social. E havia orçamento, ao ponto de solicitarmos junto à Secretaria da Fazenda a reserva orçamentária e assim foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A Secretaria da Fazenda foi consultada sobre a existência de dinheiro para fazer a obra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Toda a reserva orçamentária é feita através da Secretaria de Estado da Fazenda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – As decisões mais importantes referentes à licitação, tais como o tipo de licitação escolhida, que foi técnica e preço...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...os requisitos de habilitação exigidos dos licitantes, os critérios técnicos cobrados e a metodologia de avaliação, foram tomadas pelo senhor, tiveram a sua participação?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não. Isso era feito diretamente por um grupo que foi estabelecido pra estudar esse projeto e estabelecer qual o melhor critério de... de licitação. Inclusive houve uma série de discussões com o Tribunal de Contas, alguns apontamentos feitos pela diretoria específica, era a Diretoria de Obras à época, né, e nessa, nessa discussão é que se estabeleciam os critérios e a forma como licitar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como o senhor define a sua responsabilidade quanto aos critérios e às formas de se licitar?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Responsabilidade pela autarquia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor nunca foi consultado?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Consultado a respeito de?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sobre os critérios, sobre a licitação, sobre a forma...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Acompanhei... acompanhei as discussões técnicas quando foram

apresentadas ao Tribunal de Contas, quando aqui na Assembleia Legislativa também foi feita a audiência pública, tudo isso foi acompanhado pela presidência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas na formulação da licitação?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, na formulação da licitação, não; os critérios licitatórios, não. Tem que se dar liberdade pras comissões que foram estabelecidas exatamente pra que não tenha a influência da presidência naquilo que é a melhor opção técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor considera que os critérios quando foram decididos foram adequados?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Por aquilo que a gente percebeu nas audiências públicas, nas discussões e debates com o Tribunal de Contas, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esses critérios decisórios foram decisões da área técnica, então?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Romualdo, o item mais polêmico do edital que resultou na contratação do Consórcio Florianópolis Monumento foi a qualificação técnica.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Consórcio Nova Ponte Hercílio Luz interpôs recurso, alegando principalmente que os membros do Consórcio Florianópolis Monumento não tinham apresentado atestados de capacidade técnico-profissional, nem de capacidade técnico-operacional. O recurso foi negado, afirmando que as exigências foram cumpridas, sem indicar os documentos, nem as folhas às quais estavam se referindo.

O senhor proferiu o seguinte despacho na análise do recurso: "Acolho a conclusão da Comissão de Licitação". A imagem está no computador a sua frente e projetada no telão.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Uma decisão tão importante, não deveria ser motivada com mais zelo e transparência?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu creio que toda transparência era dada pelas comissões, tanto de Licitação quanto a Comissão Técnica de Acompanhamento. Como eles detinham todo o conhecimento técnico, não me restava outro caminho que não acolher aquilo que eles decidiam, e esse era um princípio que eu sempre tomava: honestidade das pessoas que participavam de toda a... o procedimento técnico, o procedimento licitatório, pra assim proceder e dar liberdade a eles nas decisões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas não foi falta de transparência negar um recurso nem apontando as folhas, os locais onde deveriam ser encontrados a comprovação da capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Quero crer nas... que nas instruções que a equipe técnica fez eles devem ter apontado as razões, mesmo, mesmo porque, mesmo porque se não houvesse concordância da, da, empresa participante ela tinha também a instância de Justiça, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor revisava os processos que chegavam para despacho do senhor na íntegra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Na íntegra, não, eu lia os relatórios conclusivos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, ao ratificar o certame licitatório, concordou na íntegra com todos os aspectos da Comissão de Licitação e da equipe de apoio, sem quaisquer ressalvas? [Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Novamente vou destacar, é... a avaliação final de acolhimento ou não é do conselho do Deinfra, Conselho Administrativo do Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor ratifica, né?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim, como presidente faz parte da rotina de atividades, isso está inclusive estabelecido no Regimento Interno da autarquia. Como presidente você não tem direito a voto, a não ser que haja algum tipo de empate, como houve decisão plena do conselho, eu apenas homologo aquilo que é decisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor é obrigado a homologar?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim, como... É decisão, se eu estou dentro do conselho, eu sou obrigado a homologar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então se o senhor encontrar algum aspecto que destoe do legal, o senhor é obrigado a homologar mesmo assim?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, tem que levantar o assunto em comissão. Qualquer membro que participa do conselho levanta o assunto e cabe ao setor que tá fazendo a instrução esclarecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor revisou o processo antes da homologação e adjudicação do objeto ao licitante vencedor?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não. O que que acontece? A Comissão de Licitação ela tem liberdade plena pras ações. Então se nós estabelecemos e temos uma Comissão de Licitação fazendo o processo licitatório, nos cabe olhar de maneira geral todo o procedimento que foi tomado; como foram cumpridos todos os prazos, todos os procedimentos, houveram as audiências públicas, entendemos que toda a rotina tinha sido cumprida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor revisou o contrato... a licitação?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não revisou a licitação?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Só verificação de prazos então, o senhor só...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Verificação de prazos e aquele... os argumentos que foram apresentados no conselho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em 27/11/2008 o senhor assina o PJ 264 representando o Deinfra, que teve por objeto a execução dos serviços de restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz, conforme está projetado no computador a sua frente.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Romualdo, o senhor revisava os contratos que assinava pelo Deinfra, revisou o Contrato PJ 264 antes de assiná-lo?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – O termo de contrato, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor revisou?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim, leio o termo de contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Contrato PJ 264 foi firmado entre o Deinfra e o Consórcio Florianópolis Monumento em 27/11/2008. Ocorre que o consórcio foi registrado somente em 8/4/2009, ou seja, 132 dias após a assinatura do contrato, tanto que no instrumento contratual não consta o CNPJ do consórcio, mas o da Construtora Espaço Aberto.

O senhor sabia que estava assinando um contrato de mais de R\$ 150 milhões com um consórcio que não estava oficialmente constituído?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Isso é uma rotina que tinha que ser feita a aferição dentro das instâncias, tanto do processo licitatório, seja dentro da Comissão de Licitação, e depois dentro do setor jurídico da autarquia. Como eles não aferiram nenhum ou não indicaram nenhuma irregularidade nesse sentido, a gente faz a leitura do contrato, nos temos dele, acreditando que está tudo o.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não tinha ciência de que não existia esse... que o consórcio não estava constituído?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu não tenho lembrança desse aspecto, mas quero crer que essa informação não veio destacada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a quem caberia verificar essa informação?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Comissão de Licitação, antes de apresentar o contrato integral para o... para assinatura e para apreciação do conselho, e o setor jurídico da autarquia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa responsabilidade não caberia em nada ao presidente, então?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, ao presidente, aferir documentação não faz parte da rotina dele. Tudo que é processo dentro do processo licitatório deve ser aferido pela Procuradoria da autarquia e também pela Comissão de Licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor teria assinado se soubesse que o consórcio não estava constituído?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Aí eu precisaria fazer uma avaliação mais profunda do ponto de vista jurídico, até porque temos o suporte também da Procuradoria-Geral do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A Lei de Licitações exige que o consórcio seja firmando antes da assinatura. O senhor, sabendo disso, assinaria o contrato?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Com certeza não, mas encaminharia pra Procuradoria-Geral do Estado pra fazer aferição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabia que era condicionante para a assinatura do contrato a constituição oficial do consórcio vencedor da licitação com o registro na Junta Comercial, sendo esta uma exigência da Lei nº 8.666/1993 e do próprio edital do certame?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Bom, todos os aspectos jurídicos de um processo licitatório são aferidos dentro de um setor específico da autarquia que cuida de licitações. Além disso, esse setor conta com a apoio de uma equipe técnica, que entende da técnica da ponte, e outro... outra equipe que é da área jurídica.

Então, com certeza, se eles tivessem qualquer dúvida eles buscariam informação dentro da Procuradoria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Se o documento, então, não viesse com alguma ressalva destacada, o senhor não faria nenhuma verificação mais profunda então?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, até porque precisa ter conhecimento específico a respeito de todos esses detalhes e na função de presidente do Deinfra a abrangência que se tem de atividades não é possível você entrar nessas minúcias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Romualdo, com relação à execução das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz pelo Consórcio Florianópolis Monumento, qual foi a sua participação no desenrolar da obra? Qual era o grau de conhecimento do senhor acerca do andamento dos trabalhos? [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Dos andamentos dos trabalhos, do dia a dia, da rotina, praticamente nada. Como presidente da autarquia você não faz acompanhamento de obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não acompanhou a evolução dos serviços de perto?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Ah, tivemos, tivemos algumas visitas, inclusive com o Secretário de Estado, com o Governador do Estado, fizemos visitas às obras, sim, recebíamos relatório das diretorias técnicas, mas era isso. A rotina do dia a dia era acompanhada por uma comissão de fiscalização com o apoio da Diretoria de Obras, de uma gerência específica. Então tem toda uma estrutura técnica pra poder fazer esse acompanhamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera a obra da Ponte Hercílio Luz, pela sua especificidade, uma obra especial?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Ah, considero especial e complexa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual é a distância entre a sede do Deinfra e a Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – A sede do Deinfra é aqui na Tenente Silveira e a Ponte Hercílio Luz é ali, na divisa entre a Ilha e o Continente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Um quilômetro?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu creio que sim, mais ou menos isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não acha que uma obra de tamanha importância e relevância como a da Ponte Hercílio Luz e que fica como o senhor confirmou, a 1 quilômetro do Deinfra, não merecia uma atenção especial do presidente do Deinfra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Entendo que na condução técnica o presidente do Deinfra, assim como o Secretário de Estado e o Governador, deve se afastar ao máximo, deixando pra que a condução técnica seja a mais transparente possível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor acompanhava os relatórios mensais do consórcio supervisor da obra, o Consórcio Prosul-Concremat?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, isso é documentação técnica, era tratado dentro da Diretoria Técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quem acompanhava os relatórios de fiscalização pelo Deinfra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu não lembro do... do nome dos engenheiros que faziam parte da comissão de fiscalização, mas além da comissão de fiscalização tinha também a diretoria e suas gerências.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não leu nunca, nenhum relatório?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Romualdo, se o senhor não lia nenhum relatório, como que o senhor saberia, como presidente de uma autarquia, de uma licitação de R\$ 156 milhões, que alguma coisa poderia estar errada?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Nós não tínhamos esse sentimento; nós tínhamos o sentimento que estava sendo bem conduzida a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – A nossa, a nossa dificuldade maior sempre foi a questão financeira da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor fiscalizava uma obra com sentimentos?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, mas não me cabe, como presidente da autarquia, fazer fiscalização da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E nem acompanhar os relatórios?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Os relatórios técnicos, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas como que o senhor saberia que havia algo errado na obra? Se eventualmente uma obra apresentasse algum problema, como é que o senhor saberia?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Dentro da responsabilidade de cada diretoria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, então, apenas confiando plenamente nos seus subordinados. Seria isso?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, não só na confiança, né, mas tem uma rotina estabelecida dentro do Regimento Interno da autarquia. Então se você não se basear pelo Regimento Interno, você começa a criar interferências que não são cabíveis a uma presidência do Deinfra e poderia ser mal interpretada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não analisava os relatórios de fiscalização da empresa contratada pra ser a supervisora, o senhor não ia na, na obra e... O senhor, então, confiava plenamente no fiscais?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim, a comissão de fiscalização era exatamente pra esse fim e eu não disse que eu nunca ia na obra. Algumas vezes eu fui, mas não com o intuito de fiscalizar o serviço que os fiscais estavam fazendo. Nós íamos lá pra olhar o ritmo da obra, pra olhar as consequências que estavam acontecendo dentro da obra, única e exclusivamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Romualdo, foi incluído no orçamento de restauração da Ponte Hercílio Luz o valor de 22 milhões pra detalhamento de projetos. O Deinfra já previa que o projeto do DNIT não era exequível?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, quero crer que não seja isso, Deputado, porque a ideia... Nós recebemos esse projeto do DNIT se eu não me engano em 2004, é... constituímos uma comissão de... técnica pra poder fazer a avaliação das soluções adotadas e essa mesma, essa mesma equipe técnica foi quem fez o termo de referência pra licitação; depois desse termo de referência cabia a esta equipe técnica aferir todos os detalhamentos executivos da obra.

Então, se entendia que a... o projeto apresentado pelo DNIT, dentro das suas condições técnicas, dentro dos seus princípios de engenharia, estavam adequados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O valor de 22 milhões não era suficiente na época? Era comum o Deinfra incluir esses itens de projetos em contrato de execução? [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não. Acho que esse... Quero crer que esse item deva ter vindo, inclusive, na especificação do próprio projeto, porque foi um item que foi bastante debatido, inclusive com o Tribunal de Contas – e isso eu lembro bem —, porque ele servia única e exclusivamente pra fazer adequações do ponto de vista de possíveis degradações acima daquilo que tinham sido detectadas é... durante a execução... durante a execução do projeto.

Ou seja, de uma realidade lá do ano de 2000 ou 2004, não lembro bem qual era a data que o... o projetista, a empresa projetista adotou como base do, do, do seu projeto, e a partir dali esse, esse recurso servia pra poder fazer possíveis adequações de degradações a posterior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas eram... nós estamos falando de 22 milhões. Esse valor não era suficiente para um novo projeto?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não sei avaliar, Deputado. Não sei avaliar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era comum o Deinfra incluir esses itens?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não. Nas obras do Deinfra, não. Mas nessa obra em especial, sim, foi incluída, seguindo exatamente a orientação do projeto executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como foram compostos esses itens de orçamento? Como é que chegou ao valor de R\$ 22 milhões?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não sei lhe dizer, porque isso também era na, no setor técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Havia pretensão do Deinfra de fazer uma contratação integrada, um *turn key*, projeto e execução da obra, na Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não... não compreendi a pergunta, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No fim, o que foi feito de fato... Ocorreu... Não foi... Uma vez que o pro... Foi o que acabou acontecendo, na verdade, né, é... uma vez que o projeto original não foi nem executado, né, ele fez um contrato, botou um valor de 22 milhões e aí, com isso, acabou contratando junto, em um projeto de execução, um projeto também.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não.
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não foi isso o que aconteceu?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não. O projeto, o projeto que foi concebido é... pelo consórcio, se não me engano era uma empresa francesa e uma empresa brasileira, que se eu não me engano era a Sondotécnica, o projeto deles foi o projeto que foi especificado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas não foi o que foi aplicado.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Do nosso ponto de vista, foi. Até porque foi essa a discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não houve uma mudança de método no meio da...
O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Nenhuma mudança de método.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...da Ponte Hercílio Luz?
O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Nenhuma mudança de método.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não? O...
O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O projeto da Sondotécnica–Ingérop não previa a sustentação do peso da ponte através de teleféricos e o que foi aplicado não foi uma sustentação?...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Ah, não, a transferência... O senhor tá falando da transferência de carga.
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso, sim...
O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Transferência de carga...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Que é a par... Qual é o grau de... Provavelmente é a parte mais complexa da obra.
O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, mas a transferência de carga, independentemente da forma, ela não altera o método. O método de suspensão continuou sendo por barras de alhal, única e exclusivamente isso. O que se fez, o que se fez foi alterar a transferência de carga, se eu não me engano, por um problema detectado nas rótulas da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas isso é lógico, né? As barras de olhais elas são, inclusive, tombadas, não haveria como mudar esse método. O que nós falamos aqui é o método de restauração...
O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esse método... Foi feito um novo... foi feito um novo projeto, justamente no meio desse consórcio, pra poder fazer um método de transferência de carga diferente do inicialmente previsto.

Por isso eu lhe pergunto se quando da contratação do edital, quando da licitação, já se previa que junto com a execução seria necessário também o projeto.
O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, na verdade, a... Volto a lhe dizer, aquele valor que tava especificado lá, em termos de projeto, era pra possíveis consequências, detectado deficiências ainda de estrutura que pudessem ser agregadas. Única e exclusivamente isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Romualdo, observou-se que o Consórcio Florianópolis Monumento e o Consórcio Prosul-Concremat apresentaram uma equipe profissional para vencer a licitação, sendo alocados outros profissionais para executar a obra ou o serviço de supervisão. O Deinfra não deveria exigir a participação dos profissionais que serviram de base para a qualificação técnica da empresa?
O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu... Se eu entendi, eles apresentaram alguns profissionais, esses profissionais deveriam atuar na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os profissionais, senhor Romualdo, foram trocados logo no primeiro mês de obra. O senhor chegou a verificar essa situação?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, isso nós... É acompanhamento do setor técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não sabia disso?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – E se... E se fo... E se foi trocado, que eu não tenho essa informação, mas se foi trocado à época, tem que ter sido justificado e apresentado um profissional na mesma capacidade ou com capacidade superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não tinha noção de que os profissionais tinham sido trocados?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, isso não é feito pelo acompanhamento da presidência. [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o Deinfra, como órgão, fazia essa análise, fazia esse acompanhamento?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Tinha que fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De quem era a responsabilidade?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Diretoria setorial, ou seja, a diretoria que faz o acompanhamento da obra é que deve avaliar isso junto com a comissão de fiscalização.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa diretoria que deveria fazer a análise desse novo profissional que substituiria?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A comprovação da contradição entre as exigências do edital e alocação dos profissionais para a execução dos serviços comprova-se com a ART emitida pelo arquiteto Paulo Ney Almeida para os serviços de recuperação da Ponte Hercílio Luz. Ele não comprovou habilitação técnica no edital para realizar o serviço, mas o Deinfra aceitou sua ART para a realização da obra.

O senhor teria a comprovação de que o senhor Paulo Ney tem a mesma qualificação técnica que o engenheiro Khaled Mahmoud...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...da empresa CSA Group Inc., por exemplo?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não creio que essa substituição tenha acontecido até o final da minha gestão. Eu não sei quando foi... não tenho lembrança disso, mas não creio que tenha sido, porque e... eu... o engenheiro Khaled, enquanto eu fui presidente, esteve envolvido com a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor Khaled sempre esteve na obra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sempre esteve eu não posso lhe afirmar, porque como eu lhe disse, isso é acompanhamento da comissão de fiscalização da obra, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não sabe se ele acompanhava ou não a obra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não... por certeza, sim, que acompanhava, porque ele era, ele era o engenheiro preposto do consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode garantir isso?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não posso garantir, porque é... é... acompanhamento du... du... da rotina do dia a dia era da comissão de fiscalização e da Diretoria Técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o se...
O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Como presidente eu não estava lá no... no cotidiano da obra pra poder saber se ele estava lá o tempo integral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor também, além de não estar no dia a dia da obra, o senhor também afirmou que não lia os relatórios. Como é que o senhor sabia que o senhor Khaled estava lá?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, por causa, pela especialização, o diretor técnico... Esse era o nome do engenheiro que dizia ser o grande conhecedor da... do consórcio pra tocar essa obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor acreditava então?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim, até porque, até porque o próprio diretor um dia o levou dentro da... da presidência pra que ele conhecesse a estrutura da organização do Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ontem mesmo, nesta CPI, o engenheiro Carlos Luiz Guedes Carneiro, sócio administrador da RMG Engenharia, afirmou que a sua empresa começou a elaborar projetos para a Ponte Hercílio Luz em 2009. Ora, se a empresa CSA Group Inc. fazia parte do Consórcio Florianópolis

Monumento, por que contratar uma empresa nacional para elaborar o projeto da Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não tenho idéia, não tenho idéia, e também essa empresa nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual? RMG ou...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Essa RMG, RMG.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não conhecia?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Deinfra sabia que a Construtora Espaço Aberto estava sozinha nessa obra desde o início?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sozinha não, porque ela tinha um consórcio. Tava consorciada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabia, conhece algum profissional da CSA que trabalhava na obra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Que... o nome que eu ouvia falar da diretoria era exatamente o engenheiro Khaled.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor acreditava que ele era vinculada à CSA?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor conhece mais alguém? Via alguém dá... quando... nas suas visitas ao canteiro, chegou a encontrar mais alguém da CSA? Foihe...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Ah...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...apresentado alguém da CSA?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Ah, isso eu não tenho lembrança, não tenho lembrança.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A culpa pelo atraso no cronograma era do Deinfra ou do consórcio que executa... que estava executando a obra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu não tenho essa informação pelo período decorrido, mas creio que uma das grandes dificuldades tenha sido exatamente a disponibilidade financeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Contrato PJ 264 previa aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, desde que o atraso seja de responsabilidade contratante (sic), que era o caso. Esse dispositivo foi aplicado no período em que o senhor foi presidente?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No período de maio de 2009 a dezembro de 2010 foram pagos R\$ 29 milhões ao Consórcio Florianópolis Monumento, sendo que o Deinfra não exigiu que fossem descontados quase R\$ 3 milhões em multas, descumprindo o contrato que o senhor assinou. Existiu algum motivo para não exigir a aplicação dessa multa?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Razão alguma, até porque se foi emitida as multas, que eu não tenho lembrança aqui, é uma questão da diretoria; quando faz as medições, encaminha pra Diretoria Administrativa-Financeira, que deve fazer as retenções.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, no período em que foi presidente do Deinfra, acreditava que o cronograma estava sendo cumprido?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu acreditava que estava sendo executada a obra dentro dos... das possibilidades que se existia de recurso financeiro. Essa era a dificuldade maior que sempre foi apontado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor acreditava que a obra estava atrasada ou estava seguindo o cronograma?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Atrasada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor não se perguntou se multas estavam sendo aplicadas ao consórcio? [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, mas eu fui buscar as razões do atraso e... a... o... o atraso maior era realmente a questão financeira da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em relação às multas o senhor não... não se, não se, não...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, porque é uma rotina da diretoria é... que faz o acompanhamento junto com a Diretoria Administrativa-Financeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor chegou a fazer alguma intervenção para não aplicar as multas?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A culpa, na concepção do senhor, dos atrasos era só do Estado, então? O atraso?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu não sei lhe dizer porque eu não fazia o acompanhamento do cotidiano da obra, se o material que a construtora tinha que disponibilizar chegava em tempo, se os rebites chegavam em tempo, se... a equipe técnica estava toda formada. Isso tudo tem uma rotina de acompanhamento técnico do dia a dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o atraso na obra mais complexa do litoral catarinense não é um assunto que deveria chegar ao presidente do Deinfra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Olha, sempre chegava as... os posicionamentos e as tratativas técnicas, mas não por uma interferência do presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não chegava a intervir diretamente?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabia que a obra já iniciou atrasada? O senhor tinha conhecimento disso – era para ela começar em dezembro de 2008 e começou só em fevereiro de 2009?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Possivelmente por disponibilidade de recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Romualdo, nós vamos exibir agora um *slide*...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...e salta aos olhos que o Deinfra, quando da seleção da empresa de supervisão, não tenha exigido a participação de um engenheiro ambiental/sanitarista para a equipe técnica. Isso foi para beneficiar o senhor Wilfredo Brillinger, que é agrônomo?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não creio, não creio. Não sei... aí já não sei lhe responder, porque a equipe técnica também é avaliada pela comissão de fiscalização.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas é a única função possível de ser exigida a participação de um engenheiro e que, de fato, não foi. A área ambiental é menos relevante?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, a área ambiental é bastante relevante (*ininteligível*) catarinense.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então por que não foi exigido nenhum engenheiro ambiental?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não tenho ideia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em relação ao pagamento do canteiro de obras, por que foi totalmente pago, quando as normas do Deinfra apontam que deveriam ser medidos em porcentagens equivalentes ao avanço da obra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Mais uma vez, são critérios técnicos e acompanhamento da comissão de fiscalização. Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os pagamentos, eles passavam pelo senhor?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Nenhum pagamento passa na rotina da presidência. A medição é feita, é aferida na diretoria, passa por uma gerência é... de obras, depois passa por uma gerência de contratos, é encaminhado diretamente pra Diretoria Administrativa-Financeira fazer o pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pelo depoimento do senhor, percebe-se então que as áreas técnicas e aqueles abaixo do senhor hierarquicamente têm uma autonomia quase plena no Deinfra. Era isso que acontecia de fato?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Tem autonomia de acordo com o Regimento Interno do Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o presidente, ele... Qual é... O que compete exatamente ao presidente? Porque tudo... todas as perguntas que eu lhe fiz...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – A gestão... a gestão relacional da autarquia com todas as outras áreas do governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a Secretaria da Infraestrutura tinha alguma ingerência nos assuntos operacionais?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor... eu agora faço uma pergunta que é padrão e que fazemos a todos: o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza, de agentes públicos

ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado à execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por fim, o senhor teria algo mais a acrescentar que possa auxiliar nos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – De momento não me ocorre, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, findada a participação do Deputado Bruno Souza, eu questiono os outros Deputados se têm alguma pergunta.

Deputado Jessé Lopes, vossa excelência? (*Acena negativamente*.) Deputado Ivan Naatz?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Eu tenho excelência.

Quanto tempo o senhor ficou na presidência do Deinfra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – De 2003 a 2010, salvo alguns intervalos em que eu fui exonerado para temporariamente substituir como os secre... os Secretários de Infraestrutura do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Nesse período o senhor tinha filiação partidária?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Qual era a filiação do senhor?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – PMDB.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – E o senhor chegou à presidência do órgão por indicação de alguém, de algum político especificamente, uma pessoa?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Pelo próprio Governador do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Pelo Governador?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

[*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Não... Qual é a sua relação... É... O que aconteceu aqui na CPI, pelo período que eu pude perceber...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – ...é que todos os que estiveram aqui jogaram a responsabilidade de tudo que aconteceu para o DNIT... para o DNIT, não, para o...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Pro Deinfra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – ...para o Deinfra.

Tudo o que aconteceu... todos os que estiveram aqui, que puderam falar, jogaram a responsabilidade de todo esse imbróglio, todas essas confusões para o Deinfra. O senhor era o presidente do Deinfra, o senhor disse que não tem responsabilidade, o senhor passou a responsabilidade para as diretorias e seus subordinados, órgãos e regimentos. Qual foi o papel do Deinfra? Por que ele permitiu que tudo isso acontecesse e nada foi feito? Nenhuma manifestação foi feita, as coisas aconteceram, os documentos eram apresentados sem assinatura, sem formação de consórcio, as medições não importavam, os contratos eram assinados e a responsabilidade disso passou de um para outro e ninguém levanta a mão para dizer que tem uma parcela de culpa.

Quem tem a parcela de culpa, dentro do Deinfra, por todos esses acontecimentos, que evidentemente levaram uma parcela significativa de recursos do Estado, já que essa empresa não tinha a mínima condição de tocar a obra?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu...

Deputado, assim ó... a execução da obra durante o período em que eu fui presidente, ela foi realizada, se ela teve atraso, se ela teve dificuldades executivas, cabe a cada diretoria técnica junto com as suas comissões de fiscalização fazer a sua aferição, de acordo com o Regimento Interno. Tem que entender que o Deinfra não se constitui única e exclusivamente do presidente, ele, ele se constitui de uma estrutura organizacional pra poder fazer todo esse acompanhamento e ser estabelecido e vinculadas as responsabilidades.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Mas vamos imaginar o seguinte: eu sou o presidente de uma empresa...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – ...eu tenho um grupo de negócios. Eu sou o responsável pelos meus negócios, eles têm que andar. As minhas diretorias, se elas não apresentarem dados técnicos,

se o movimento financeiro não for atrativo, se eu sentir que a obra não está andando, eu tenho o compromisso de fiscalizar, de olhar, de acompanhar.

O senhor como presidente Deinfra, o senhor a 1 quilômetro da obra, as manchetes de jornais toda vida noticiando problemas, era evidente a falta de comunicação. O senhor não fez nada?!

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Quero lhe pedi... quero lhe pedir desculpas, mas na época que da... da gestão, enquanto eu fui... é... presidente do Deinfra, essas notícias não existiam. O que, o que existiu, o que existia foi... aconteceu depois da nossa saída que começou a apresentar uma série de questões, por dificuldade executiva do consórcio, já numa outra gestão de governo, da qual eu não participei. Durante, durante a gestão em que eu estava, a obra, apesar de alguns atrasos em função de pagamento ou às vezes em função de dificuldade técnica enfrentada pela obra, era tratado do ponto de vista técnico. Não podia eu, como presidente, interferir pra retirar a responsabilidade vinculada a um engenheiro fiscal, a um gerente, a um diretor. Não havia como.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – O senhor não percebeu que tinha alguma coisa errada, que as coisas não estavam andando de acordo com... com... O que deve acontecer de verdade, funcionar, receber, trabalhar, prestar o serviço?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – No... no período que eu estive na presidência do Deinfra, volto a destacar, apesar das dificuldades, a obra estava sendo executada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Sem mais perguntas, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Terminada a participação do Deputado Ivan Naatz.

Deputado Sargento Lima, vossa excelência tem algum questionamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Bom dia.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Como foi ali perguntado, mas não ficou claro pelo... pelo Deputado Bruno Souza, a garantia de que a empresa preste o serviço para o qual ela foi contratada... ao contrário daquilo que se é natural, mas a garantia seria a cobrança de uma multa em caso de atraso. Mesmo como o senhor disse, existia...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – ...ali uma comissão responsável...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – ...por acompanhar isso aí. Mas o senhor na presidência, mesmo que por curiosidade, perguntar assim: por que não foram cobrados R\$ 3 milhões e?...
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – R\$ 3 milhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – R\$ 3 milhões em multa, R\$ 3 milhões em multa, mesmo que por curiosidade, como presidente, falar assim: e foi acionado? foi cobrado? Por que não terem sido cobradas as multas de atraso no valor de R\$ 3 milhões?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, eu não tenho ideia de não ter sido cobrado, né, a única coisa que acontece é uma operacionalidade direta entre a Diretoria Técnica e a Diretoria Administrativa-Financeira. Se a Diretoria Técnica emitiu uma multa para determinada... construtora, durante o pagamento de uma determinada medição, cabe à Diretoria Administrativa-Financeira fazer a retenção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sem o envolvimento mínimo do presidente?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim, presidente... O que que o presidente faz?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Ele não (ininteligível) nem tomar conhecimento disso? [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Eu fi... fiz questão de toda, em todas as obras executadas do Deinfra de 2003 a 2008, eu fiz questão de que todas as conduções técnicas fossem feitas pelas diretorias técnicas, sem a menor interferência possível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sem interferência e sem o conhecimento?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sem interferência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Interferência é uma coisa...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Conhe... conhe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – ...conhecimento é outra.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – ...conhecimento quando a diretoria nos traz o problema a busca de uma solução. Por isso que por várias vezes tivemos que... é... que estar junto ao Governador do Estado, junto ao Secretário de Estado da Fazenda na busca de recurso pra que a obra pudesse ta... ter a continuidade normal dela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA —Tá o.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Senhor Presidente, só mais uma... Me permita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Ivan Naatz ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – O senhor tem conhecimento que no período que o senhor era presidente do Deinfra havia comentários do risco da queda, do colapso da ponte?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Sim, isso sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Sim, mas o senhor disse para mim que a obra, no período que o senhor foi presidente, não tinha nada de irregular, o senhor não percebeu nada.

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Não, por favor, né? Quando... quando... quando acusaram da possibilidade de colapso, isso foi uma, uma, é... reportagem antes mesmo de ter licitado a obra. Até então a obra... em 2003, quando nós assumimos o governo, a obra já estava, é, interditada, a ponte estava interditada, tinha um contrato lá de manutenção de algumas peças. E naquela época se falava do colapso da ponte. A partir do momento que foi contratada a obra, passou a ser de responsabilidade das empresas contratadas a garantia de estabilidade da obra até a sua execução plena.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Então o senhor não... mesmo diante das notícias de que a obra não andava, que tinha um colapso, que as pessoas estavam procurando o governo do Estado, estavam procurando o Secretário, as pessoas estavam se manifestando com relação à ausência de cons... de cumprimento de contrato, ausência de regular a prestação de serviço, de que a obra estava entrando em colapso por falta de manutenção, o senhor não se preocupou com nada disso?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Deputado, mais uma vez vou lhe dizer: as informações da possibilidade de colapso existam antes de ter sido contratado a obra. A obra, depois que foi contratada, ela teve a sua execução, se teve atrasos, se teve dificuldade financeira, mas ela estava contratada e sob a responsabilidade de uma empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Isso bastava para o senhor?

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Mas é claro!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – É só, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais perguntas a serem dirigidas ao senhor Romualdo de França, depoente de hoje, dou por encerrada a participação de vossa senhoria, agradeço a sua estada aqui...

O SR. ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...e solicito à assessoria que o conduza à área externa desta sala.

(O senhor Romualdo Theophanes de França Júnior deixa o recinto.)

Senhores Deputados, ainda antes de encerrar a presente reunião, eu registro aqui a presença de estudantes da cidade de Xavantina, lá do oeste do nosso Estado. É uma cidade extremamente importante, uma cidade produtora e que contribui muito para o agronegócio de Santa Catarina. É uma cidade com cerca de oito mil habitantes e para os senhores Deputados... Alias, quatro mil habitantes, tinha oito mil, mas a cidade foi diminuindo.

Mas eu fiz questão de dar uma palavrinha [sobre essa cidade], senhores Deputados, para vossas excelências terem uma idéia. Há dez anos, doze anos essa cidade tinha um plantel de cerca de 350 mil suínos, mas em razão de uma série de problemas de contaminação do lençol freático, esse número foi reduzindo e hoje chega a cerca de 250 mil. Então é a cidade *per capita* no Brasil com a maior quantidade de suínos. Nós temos uma cidade coirmã no Brasil, no Estado de Goiás, que se chama Nova Xavantina. Então são duas Xavantinas no Brasil, a de Santa Catarina e a Nova Xavantina no Estado de Goiás. Sejam todos bem-vindos.

Aliás, de todos esses estudantes, Deputado Bruno, só dois conheciam Florianópolis e nenhum deles conhecia a Assembleia Legislativa, até o professor que está aqui não conhecia a Assembleia Legislativa. O Irineu, Vereador de Xavantina, é quem acompanha todo o grupo. Então sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa, que é a Casa do Povo, é a Casa que fiscaliza os Poderes constituídos e os demais órgãos, bem como também é a Casa onde os Deputados trabalham e fazem as leis que mexem com a vida de cada um de vocês. Sejam todos bem-vindos.

Senhores Deputados, não há mais depoentes a serem ouvidos, razão pela qual a CPI também chega ao limite de seu prazo máximo de funcionamento, esta é a última reunião de ouvida de testemunhas. Agora, a partir do dia 4 de novembro, o Relator tem até trinta dias para produzir o relatório, trazer a esta Comissão para que possa ser lido e votado. E, depois, propor os encaminhamentos que o senhor Relator entenda que devam ser feitos. [Transcrição: Grazielle da Silva]

Agradeço cada um dos senhores Deputados por terem, ao longo desses quatro meses, participado ativamente das reuniões. Eu quero dizer que os senhores Deputados realmente trabalharam bastante e dezenas de pessoas foram ouvidas nesta Comissão.

Deputado Bruno, que Deus o ilumine e que vossa excelência produza, realmente, o verdadeiro relatório para que nós, Deputados, tomemos conhecimento e possamos votar com serenidade.

Muito obrigado a todos e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião, desejando a todos um bom-dia. (Ata sem revisão dos oradores.) [Revisão: Bruna Maria Scalco / Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE**

EXTRATOS

EXTRATO Nº 241/2019

REFERENTE: 1ª Publicação da Ata de Registro de Preço CL nº 016/2019-00 oriunda do Pregão Presencial CL nº 000027/2019.

OBJETO: Aquisição pelo sistema Registro de Preço de materiais de expediente para atender o almoxarifado da ALESC.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (04/12/2019).

ITEM	QTDE.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
85	180	UN	GARRAFA TÉRMICA COM TAMPAS DE ROSCA; COM CAPACIDADE DE 1 LITRO; CORPO EM POLIPROPILENO; AMPOLA EM VIDRO; FUNDO EM POLIPROPILENO; COM TAMPAS EM POLIPROPILENO; COM COPO; COM ALCA; LISA; NA COR PRETA.	18,07	3.252,60
86	300	UN	GARRAFA TÉRMICA COM TAMPAS DE PRESSÃO SERVEJATO; COM CAPACIDADE DE 1 LITRO; CORPO EM POLIPROPILENO; AMPOLA EM VIDRO, DEVENDO ESTA DE ACORDO COM A NBR 13282; FUNDO DE POLIPROPILENO; COM TAMPAS EM POLIPROPILENO; COM ALCA; LISA; NA COR PRETA.	31,62	9.486,00
134	30	UN	GARRAFA TÉRMICA; TAMPAS DE PRESSÃO SERVEJATO; COM CAPACIDADE DE 3 LITRO; CORPO EM AÇO INOX; AMPOLA EM AÇO INOX; FUNDO DE AÇO INOX; COM TAMPAS EM POLIPROPILENO; COM COPO; COM ALCA; LISA.	235,51	7.065,30
VALOR TOTAL DO LOTE 12:					RS 19.803,90

Florianópolis/SC, 9 de Dezembro de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Leonardo Camilo Inácio- Administrador

EXTRATO Nº 242/2019

REFERENTE: Contrato CL nº 056/2019-00, celebrado em 05/12/2019.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Casa das Esquadrías Ltda

CNPJ: 33.390.312/0001-08

OBJETO: Aquisição e instalação de corrimão tipo duplo, em aço Inox, a serem instalados nas escadas principais do Palácio Barriga-Verde.

VIGÊNCIA: 05/12/2019 à 05/12/2019

VALOR GLOBAL: R\$ 34.860,49, sendo R\$ 22.301,59 referentes aos materiais e R\$ 12.558,90 referentes à mão de obra.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Atos da Mesa nº 128/2015, 131/2016 e 101/2017; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 63 de 10/10/2019 e; Edital do Pregão Presencial nº 030 de 03/12/2019.

Florianópolis/SC, 10 de Dezembro de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Dorival Soares dos Santos- Sócio

EXTRATO Nº 243/2019

REFERENTE: Contrato CL nº 057/2019-00, celebrado em 05/12/2019.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: R&G Representante Comercial e Comércio de Alimentos Ltda

CNPJ: 19.364.427/0001-05

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento no ano de 2020 de até 3.500 kg anuais de AÇUCAR refinado, embalados em pacotes de 01 kg, com entrega programada de até 290 kg/mês, da Marca Caravelas.

VIGÊNCIA: 01/01/2020 à 31/12/2020

VALOR GLOBAL: R\$ 8.050,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Atos da Mesa nº 128 de 27/02/2015, nº 131 de 09/03/2016 e nº 101 de 14/02/2017; Autorização Administrativa através do processo licitatório nº 058 de 17/09/2019 e; Edital de Pregão Presencial nº 26 de 20/11/17/09/2019.

Florianópolis/SC, 10 de Dezembro de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Fernando Botelho- Procurador

EXTRATO Nº 244/2019

REFERENTE: Contrato CL nº 053/2019-00, celebrado em 03/12/2019.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: ELLEVA CLIMATIZAÇÃO

CNPJ: 18.500.162/0001-54

OBJETO: Contratação de empresa para realizar manutenção preventiva e corretiva, com tratamento químico de água, fornecimento e substituição de peças e equipamentos, bem como Sistema de Automação do Ar Condicionado Central do Plenário, marca TRANE.

VIGÊNCIA: 01/01/2020 à 31/12/2020

VALOR GLOBAL: R\$ 222.000,00

VALOR MENSAL: R\$ 18.500,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Atos da Mesa nº 128/2015, 131/2016 e 101/2017; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 39 de 10/10/2019 e; Edital do Pregão Presencial nº 024 de 18/11/2019.

Florianópolis/SC, 10 de Dezembro de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Rafael Nogosecki- Representante Legal

OFÍCIOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Ofício Interno nº 140/2019

Florianópolis, 03 de dezembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Júlio Garcia

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC
Florianópolis - SC
Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência, que no próximo ano, 2020, a partir de 1º de fevereiro o **Deputado Marcos Vieira será Líder da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, nesta augusta Assembleia Legislativa.**

Na oportunidade, reiterando os cumprimentos e antecipando agradecimentos, renovo os protestos de profundo respeito e consideração.

Atenciosamente,

Deputado MARCOS VIEIRA - Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Deputado VICENTE CAROPRESO - Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 10/12/19

———— * * * ————
OFÍCIO Nº 0717.5/2019

Capinzal, 28 de Novembro de 2019.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Capinzal e Região, de Capinzal, referente ao exercício de 2018.

ADEMIR MACHADO
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/12/19

———— * * * ————

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0474/2019**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM Nº 259

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Biguaçu".

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL

EM Nº 116/2019

Florianópolis, 19 de novembro de 2019

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a doação de imóvel, com área de 5.800,00 m² (cinco mil e oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 17.135, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, e cadastrado sob o nº 2950 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA), no Município de Biguaçu.

A doação de que trata esta Lei tem por finalidade restituir ao Município imóvel doado ao Estado, visto que este não tem intenção de utilizar o bem para construir um Quartel da Polícia Militar.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Jorge Eduardo

Tasca Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0474.9/2019

Autoriza a doação de imóvel no Município de Biguaçu.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Biguaçu o imóvel com área de 5.800,00 m² (cinco mil e oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 17.135 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu e cadastrado sob o nº 02950 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade restituir ao Município o imóvel por este doado ao Estado, visto que não consta do planejamento da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina a intenção de construir um quartel no referido bem, conforme previsto no art. 2º da Lei nº 12.049, de 18 de dezembro de 2001.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 12.049, de 18 de dezembro de 2001.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

———— * * * ————

PROJETO DE LEI Nº 0475/2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 260**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Celso Ramos".

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL

EM Nº 86/19

Florianópolis, 12 de novembro de 2019

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a doação de imóvel matriculado sob o nº 2.799 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Anita Garibaldi, e cadastrado sob o nº 3395 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA), onde está instalado o Núcleo Escola Básica Santo Antônio, no Município de Celso Ramos.

A doação de que trata esta Lei tem por finalidade a continuação do atendimento aos alunos da rede municipal de ensino, assim como a finalização das obras de reforma da escola.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Jorge Eduardo

Tasca Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0475.0/2019

Autoriza a doação de imóvel no Município de Celso Ramos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Celso Ramos o imóvel com área de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.799 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Anita Garibaldi e cadastrado sob o nº 03395 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade a execução de atividades educacionais pelo Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade da doação ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do donatário, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0476/2019**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 261**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Palmitos".

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL

EM Nº 115/2019

Florianópolis, 08 de novembro de 2019

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a ceder gratuitamente à Prefeitura Municipal de Palmitos o uso do segundo pavimento do prédio Nº 4, com área de 46,77 m² (quarenta e seis metros e setenta e sete decímetros quadrados), parte de um imóvel, com área total de 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados), com edificações não averbadas, matriculado sob o número 5.913, no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos e cadastrado sob o nº 792 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade instalação de unidade educacional, de formação profissional e

formação superior, através do Programa Universidade Aberta do Brasil UAB pela Prefeitura Municipal de Palmitos,

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Jorge Eduardo Tasca

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0476.0/2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Palmitos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente ao Município de Palmitos o uso de uma área de 46,77 m² (quarenta e seis metros e setenta e sete decímetros quadrados), correspondente ao 2º (segundo) pavimento do prédio nº 4, parte integrante do imóvel matriculado sob o nº 5.913 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos e cadastrado sob o nº 00792 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. O prazo da cessão de uso de que trata o *caput* deste artigo é de 5 (cinco) anos, a contar da data de publicação do termo de cessão de uso de que trata o art. 7º desta Lei.

Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade a instalação de uma unidade educacional de formação profissional e superior pelo Município, por meio do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Art. 3º O cessionário, sob pena de rescisão antecipada, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com a cessão de uso de que trata esta Lei;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III - desviar a finalidade da cessão de uso ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O Estado retomará a posse do imóvel nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;

IV - necessitar do imóvel para uso próprio;

V - houver desistência por parte do cessionário; ou

VI - houver descumprimento do disposto no art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pelo cessionário, sem que ele tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionário firmarão termo de cessão de uso para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0477/2019**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 262**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de

exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
EM Nº 107/2019

Florianópolis, 27 de novembro de 2019.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei que autoriza a ceder gratuitamente à União o uso de uma área de 672,32 m² (seiscentos e setenta e dois metros e trinta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, parte integrante do imóvel matriculado sob o nº 45.392 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01398 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).²

A presente cessão de uso tem por finalidade m por finalidade viabilizara passagem de veículos oficiais e de servidores da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina para as ruas Delminda Silveira e Rui Barbosa, possibilitando maior rapidez nos deslocamentos de policiais federais. Contudo, à consideração de Vossa Excelência

Respeitosamente,

Jorge Eduardo Tasca

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0477.1/2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente à União o uso de uma área de 672,32 m² (seiscentos e setenta e dois metros e trinta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, parte integrante do imóvel matriculado sob o nº 45.392 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01398 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. O prazo da cessão de uso de que trata o *caput* deste artigo é de 20 (vinte) anos, a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade viabilizar a passagem de veículos oficiais e de servidores da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina para as ruas Delminda Silveira e Rui Barbosa, possibilitando maior rapidez nos deslocamentos de policiais federais.

Art. 3º A cessionária, sob pena de rescisão antecipada, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com a cessão de uso de que trata esta Lei;
II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou
III - desviar a finalidade da cessão de uso ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O Estado retomará a posse do imóvel nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;
II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;
III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;
IV - necessitar do imóvel para uso próprio;
V - houver desistência por parte da cessionária; ou
VI - houver descumprimento do disposto no art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pela cessionária, sem que ela tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade da cessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras

despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, a cessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionária firmarão termo de cessão de uso para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 0478/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 263

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Dionísio Cerqueira".

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL
EM Nº 113/2019

Florianópolis, 07 de novembro de 2019

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a doação de imóvel, com área total de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, transcrito sob o nº 5.702, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira, e cadastrado sob o nº 2161, no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A doação de que trata esta Lei tem por finalidade a construção de um centro multiuso visando atender as atividades sociais, culturais, esportivas, educacionais e artísticas promovendo o bem-estar social da população da região.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Jorge Eduardo Tasca

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0478.2/2019

Autoriza a doação de imóvel no Município de Dionísio Cerqueira.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Dionísio Cerqueira o imóvel com área de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, transcrito sob o nº 5.702, à fl. 293 do Livro nº 3.B, no Tabelionato de Notas e de Protesto e Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira e cadastrado sob o nº 02161 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade a construção de um centro multiuso pelo Município para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, esportivas, educacionais e artísticas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:
I - desviar a finalidade da doação ou deixar de utilizar o imóvel;
II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou
III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do donatário, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 0479/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 264

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de São Bento do Sul".

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
EM Nº 121/2019

Florianópolis, 19 novembro de 2019

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a ceder a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o uso gratuito compartilhado de 10 (dez) salas de aulas, com área de 60,62 m² (sessenta metros quadrados e sessenta e dois decímetros) cada, mais 16 (dezesesseis) espaços, com área total de 2.299,86 m² (dois mil duzentos e noventa e nove metros quadrados e oitenta e seis decímetros), do imóvel localizado no município de São Bento do Sul, onde se encontra edificado o Centro de Educação Profissionalizante Padre Francisco Robl (CEDUP) e registrado sob o nº 39.034 no Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, cadastrado sob o nº 4878 no Sistema de Gestão Patrimonial - SIGEP da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente cessão de uso compartilhado tem por finalidade a continuidade das atividades de ensino desenvolvidas pela UDESC, no Campus Universitário de São Bento do Sul instalado naquele Município, atendendo alunos da região.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.
Respeitosamente,

Jorge Eduardo Tasca

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0479.3/2019

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de São Bento do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) o uso compartilhado de 10 (dez) salas de aula, com área de 60,62 m² (sessenta metros e sessenta e dois decímetros quadrados) cada, e de 16 (dezesesseis) espaços, com área total de 2.299,86 m² (dois mil, duzentos e noventa e nove metros e oitenta e seis decímetros quadrados), do Centro de Educação Profissional Padre Affonso Robl, instalado sobre o imóvel com área de 12.000,00 m² (doze mil metros quadrados), matriculado sob o nº 39.034 no Ofício de

Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul e cadastrado sob o nº 4878 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. O prazo da cessão de uso de que trata o caput deste artigo é de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade o desenvolvimento de atividades de ensino pela UDESC.

Art. 3º A cessionária, sob pena de rescisão antecipada, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com a cessão de uso de que trata esta Lei;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III - desviar a finalidade da cessão de uso ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O Estado retomará a posse do imóvel nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;

IV - necessitar do imóvel para uso próprio;

V - houver desistência por parte da cessionária; ou

VI - houver descumprimento do disposto no art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pela cessionária, sem que ela tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade da cessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, a cessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionária firmarão termo de cessão de uso compartilhado para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0014.4/2019

Altera o artigo 105 e acrescenta o artigo 108 - A da Constituição Estadual para criar a Polícia Penal do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - O inciso V do art. 105 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 105
V - Polícia Penal.

Capítulo III - B

Art. 1º - A Polícia Penal, vinculada ao órgão administrador do sistema penal de Santa Catarina denominado Departamento de Justiça Penal, cabe a segurança dos estabelecimentos penais, além de outras atribuições definidas em lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 2º - O preenchimento do quadro de servidores da Polícia Penal será feito, exclusivamente, por meio de concurso público e por meio da transformação dos cargos isolados, dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários e dos cargos públicos equivalentes, todos do quadro efetivo.

Art. 2º - Fica acrescentado o art. 108 - B à Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

"Art. 108 - B - A Polícia Penal, órgão permanente, competindo-lhe a fiscalização da execução penal subordinado ao Gover-

nador do Estado, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

I - exercício de atividades de execução penal, administrativa e judicial, podendo postular em juízo pertinente;

II - preservação da ordem, disciplina, segurança interna e externa dos estabelecimentos penais;

III - garantir a individualização da pena, os direitos individuais e a reinserção social;

IV - garantir a segurança, a custódia de presos durante as escoltas e permanência fora dos estabelecimentos penais;

V - atuar na fuga iminente e imediata, no planejamento de captura de furtivos, bem como recaptura de presos evadidos do cumprimento da execução penal;

VI - atuar em núcleos de inteligência e contrainteligência, bem como núcleos de ação, reação e intervenção penal;

VII - atuar no monitoramento, na fiscalização e a aplicação das penas alternativas, no cumprimento das medidas impostas, implementação de atividades operacionais de redução do índice de reincidência criminal;

VIII - custodiar e vigiar os semi-imputáveis e imputáveis em cumprimento de medida de segurança;

IX - atuar em conformidade com a Lei de Execuções Penais;

X - cooperar com demais órgãos da segurança pública.

§ 1º - A Polícia Penal:

I - é comandada por Oficial de Polícia Penal, nomeado pelo Governador do Estado, e será escolhido entre os oficiais do último posto da Polícia Penal;

II - será composta por carreira única, dividida hierarquicamente entre Agentes de Polícia Penal, Inspetor de Polícia Penal, Suboficial de Polícia Penal e Oficial de Polícia Penal;

III - O cargo de Oficial de Polícia Penal, pertence ao quadro de policiais penais, e seu ingresso depende da promoção por merecimento e privativo de Bacharel em Direito, exerce função essencial à Justiça e à defesa da ordem jurídica.

IV - Aos oficiais de Polícia Penal é assegurada independência funcional pela livre convicção nos atos de cumprimento da execução penal.

§ 2º - A Lei disporá sobre o ingresso, garantias, remuneração, organização, o funcionamento e o quadro de pessoal da Polícia Penal, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado Maurício Eskudlark - PL

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Deputada Ada de Luca

Deputada Paulinha

Deputado Jair Miotto

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Nilso Berlanda

Deputado Rodrigo Minotto

Deputado Milton Hobbus

Deputado Nazareno Martins

Deputado Marcius Machado

Deputado João Amin

Deputado Neodir Saretta

Deputado Altair Silva

Deputado Sargento Lima

Deputado Volnei Weber

Deputado Ricardo Alba

Deputada Marlene Fengler

Deputado Sérgio Motta

Lido no Expediente

Sessão de 10/12/19

JUSTIFICATIVA

Recentemente foi promulgada pelo Congresso Nacional a Proposta de Emenda a Constituição Federal que criou as Polícias Penais nos âmbitos: Federal e Estadual.

A Polícia Penal surge para contribuir significativamente para o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública ora vigente no País, uma vez que libera definitivamente os integrantes das polícias civis e militares de encargos em atividades na execução penal.

Em atenção ao princípio da simetria, nos cabe a apresentar a presente proposta para que o Estado de Santa Catarina caminhe junto para o aperfeiçoamento do sistema penal, criando a Polícia Penal Catarinense, para se immanar as demais forças de segurança no combate ao crime organizado trazendo maior segurança à população catarinense.

Sala das Sessões,

Deputado Maurício Eskudlark - PL

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Deputado Jair Miotto

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Nilso Berlanda

Deputado Rodrigo Minotto

Deputado Marcius Machado

Deputado Neodir Saretta

Deputado Altair Silva

Deputado Sargento Lima

Deputado Volnei Weber

Deputado Ricardo Alba

* * *

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0268.5/2018

O Projeto de Lei nº 0268.5/2018 passa a ter a seguinte redação:

“Projeto de Lei nº 0268.5/2018

Altera o Anexo IV da Lei nº 17.335, de 2017, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para incluir a Festa da Tainha do Município de Balneário Rincão.

Art. 1º O Anexo IV da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Deputada Fabiano da Luz

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 03/12/19

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo IV da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017)

‘ANEXO IV

FESTIVIDADES ALUSIVAS

.....
MAIO	LEI ORIGINAL Nº
.....
JUNHO	LEI ORIGINAL Nº
Festa da Tainha do Município de Balneário Rincão	
JULHO	LEI ORIGINAL Nº
.....

(NR)”

Sala da Comissão,

Deputado Fabiano da Luz

Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 268/2018

Altera o Anexo IV da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para incluir a Festa da Tainha do Município de Balneário Rincão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo IV da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de dezembro de 2019.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo IV da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017)

**"ANEXO IV
FESTIVIDADES ALUSIVAS**

.....
MAIO	LEI ORIGINAL Nº
.....
JUNHO	LEI ORIGINAL Nº
Festa da Tainha do Município de Balneário Rincão	
JULHO	LEI ORIGINAL Nº
.....

(NR)''

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 317/2019

Denomina de Júlio César de Borba a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Dr. Waldomiro Colautti, localizado no Município de Ibirama.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada de Júlio César de Borba a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Dr. Waldomiro Colautti, localizado no Município de Ibirama.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de dezembro de 2019.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

* * *

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0370.2/2019

O Projeto de Lei nº 0370.2/2019 passa a ter a seguinte redação:
"PROJETO DE LEI

Altera a lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para incluir no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia, a ser realizada, anualmente, entre os dias 20 e 27 de maio, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Anexo II da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017, passa a vigor com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Fabiano da Luz

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 03/12/19

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017)

I ANEXO II**SEMANAS ALUSIVAS**

.....
SEMANA	MAIO	LEI ORIGINAL Nº
.....
Período entre os dias 20 e 27 de maio	Semana Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia	

(NR)'

Sala das Sessões,

Deputado Fabiano da Luz

Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 370/2019

Altera a Lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para incluir no calendário oficial do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia, a ser realizada, anualmente, entre os dias 20 e 27 de maio, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Anexo II da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017, passa a vigor com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de dezembro de

2019.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017)

"ANEXO II**SEMANAS ALUSIVAS**

.....
SEMANA	MAIO	LEI ORIGINAL Nº
.....
Período entre os dias 20 e 27 de maio	Semana Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia	

(NR)'

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 399/2019

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Araranguá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente ao Grupo Escoteiro Ariranguá, localizado no Município de Araranguá, o uso do imóvel com área de 3.924,50 m² (três mil, novecentos e vinte e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 55.284 no 1º Tabelionato de Notas e de Protesto e Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá e cadastrado sob o nº 00746 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

§ 1º O prazo da concessão de uso de que trata o *caput* deste artigo é de 20 (vinte) anos, a contar da data de publicação desta Lei.

§ 2º De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para a concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 2.013, de 22 de novembro de 2000, do Município de Araranguá, e pelo Ato da Mesa - CONSLEG nº 001, de 24 de abril de 2019, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Art. 2º A concessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade possibilitar que o concessionário continue a desenvolver suas atividades, especialmente as de propósito educacional voltadas a crianças e adolescentes.

Art. 3º O concessionário, sob pena de rescisão antecipada, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com a concessão de uso de que trata esta Lei;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III - desviar a finalidade da concessão de uso ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O Estado retomará a posse do imóvel nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a concessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a concessão de uso;

IV - necessitar do imóvel para uso próprio;

V - houver desistência por parte do concessionário; ou

VI - houver descumprimento do disposto no art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pelo concessionário, sem que ele tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionário firmarão termo de concessão de uso para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de dezembro de 2019.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

* * *